



Universidade Federal do Pará

Projeto de Pesquisa "Diagnóstica do Engenho Aproaga e seu Entorno a ser Realizado em Parceria com as Comunidades Locais"

Processo no IPHAN: Processo nº 01492.000372/2011-75

Contrato Nº 06/2012



PROJETO DE PESQUISA

Patrimônio imaterial, território e memória dos quilombolas do Aproaga

Relatório Etapa I (28/5/2012 a 28/6/2012)

Levantamento Histórico: Ocupação do Vale do Rio Capim

Patrimônio imaterial, território e memória dos quilombolas do Aproxado

Profª. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Coordenadora

Pesquisadores:

- *Irislane Pereira Moraes*
Licenciada em Sociologia – UFPA – Campus de Marabá. Especialista em Arqueologia Pública
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGA/UFPA
- *Ángelo Pessoa Lima*
Graduado em Ciências Sociais - UFMG
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGA/UFPA
- *Eliana Ramos Ferreira*
Bachaller em História – UFPA
Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
- *Fernando Marques*
Graduado em Arquitetura – UFPA
Doutor em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
- *Manoel Claudemir Coutinho da Luz*
Graduando do Curso de Educação do Campo - Campus de Marabá – UFPA

Colaboradores

- *Ana Cristina Ferreira da Silva*
Licenciada Plena em Pedagogia – Instituto de Desenvolvimento Educacional da Amazônia Professora de Ensino Básico
- *Ulisses Guimarães*
Engenheiro Ambiental – UFPA, Mestre em Geologia - UFPA/PPGEO

UFPA

Fotografias: Irislane Pereira de Moraes, Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Diagramação: Rosa E. Acevedo Marin

Revisão: Raimundo Roberto de Oliveira e Rosa E. Acevedo

Mapa: Ulisses Guimarães

Capa: Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Catálogo na fonte

Acevedo Marin, Rosa Elizabeth

A173p Patrimônio imaterial, território e memória dos quilombolas do
Aproaga / Rosa Elizabeth Acevedo Marin *et al.* — Belém :
Univeridade Federal do Pará – UFPA, 2012.
74 f.

Pesquisa Patrimônio imaterial, território e memória dos
quilombolas do Aproaga, Município de São Domingos do Capim –
Estado do Pará.

Inclui bibliografia.

Inclui: Fotografias, Transcrição de Documentos.

1. Território – Quilombolas – História – Pará, Séc. XVIII-XXI,
Memória. II. Universidade Federal do Pará. III. Título.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Capa: Casarão do Aproaga	
Figura 2 – Quadro de Pesquisadores	13
Figura 3 – Quadro Síntese das Reuniões de trabalho da equipe e articulação dos pesquisadores	
Figura 4 – Mapa do Rio Capim - Barbosa Rodrigues	27

Apresentação

O Projeto Patrimônio *PATRIMÔNIO IMATERIAL, TERRITÓRIO E MEMÓRIA DOS QUILOMBOLAS DO APROAGA* ante todo responde às expectativas de mais de quatro anos dos Quilombolas do Aproaga que por iniciativa própria solicitaram e mobilizaram pesquisadores e técnicos do IPHAN em relação a um fracionamento valioso do seu patrimônio cultural - símbolo de pertencimento e de identidade, o que o define como elementos centrais de sua “autoconsciência cultural”, noção exposta por Shallins (2005) para quem “A autoconsciência cultural que se vem desenvolvendo entre as antigas vítimas do imperialismo é um dos fenômenos mais notáveis da história mundial no fim do século XX”. (Marshall Sahlins, 2005. P. 17).

Com base no trabalho técnico do IPHAN e a partir de uma longa experiência de trabalho de campo, de leituras sobre a história do rio Capim foi elaborado o projeto e encaminhado ao IPHAN em 14 de dezembro de 2011 com intermediação da FADESP, o qual foi objeto de formalização mediante o contrato Nº 06 06/2012, assinado em 28 de maio de 2012 entre a FADESP e IPHAN (Projeto de Pesquisa “Diagnóstica do Engenho Aproaga e seu Entorno a ser Realizado em Parceria com as Comunidades Locais”) e registrado com Processo no IPHAN: Processo nº 01492.000372/2011-75, que inicia sua execução tendo a frente uma equipe de pesquisadores articulada com esta finalidade.

O Projeto encontra justificativa jurídica na Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (Texto Oficial ratificado pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo 485/2006), que:

Reconhecendo a necessidade de adotar medidas para proteger a diversidade das expressões culturais incluindo seus conteúdos, especialmente nas situações em que expressões culturais possam estar ameaçadas de extinção ou de grave deterioração.

Enfatizando a importância da cultura para a coesão social em geral, e, em particular, o seu potencial para a melhoria da condição da mulher e de seu papel na sociedade,

Ciente de que a diversidade cultural se fortalece mediante a livre circulação de ideias e se nutre das trocas constantes e da interação entre culturas.

Reafirmando que a liberdade de pensamento, expressão e informação, bem como a diversidade da mídia, possibilitam o florescimento das expressões culturais nas sociedades...

Destacamos, ainda, como justificativa jurídica e política, o que depreende do próprio Texto Constitucional do Brasil assinado em 1988, que, no artigo 216, estabelece que “o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”. Dessa maneira, considera-se que a execução do presente projeto representa em termos deste grupo étnico:

- O fortalecimento da autoconsciência cultural do grupo sobre sua história e seus projetos de presentes e futuro.
- Desenvolvimento de iniciativas, de gestão de patrimônio material e imaterial, que podem ser multiplicadoras para outros grupos quilombolas do Estado do Pará. Aqui, refletimos sobre os quilombolas de Jambuaçu, de Bujaru e Concórdia do Pará e de Salvaterra, ilha de Marajó, entre os quais temos desenvolvido pesquisas.
- Reflexão sistemática para a equipe de pesquisa sobre um conjunto de noções e conceitos teóricos e outros que surgirão na medida em que se desenvolvem a pesquisa.
- Realização de planta baixa da ruína, que ampliará o conhecimento sobre as estruturas edificadas, em atividades realizadas juntamente com os membros da comunidade.
- Ampliação do conhecimento sobre o patrimônio material e imaterial da sociedade paraense.

O projeto de pesquisa define como objetivos:

1. Iniciar o “inventário do patrimônio imaterial” conhecido como ruínas de Aproaga, envolvendo as leituras e percepções das comunidades de Taperinha, Sauá-Mirim, Canavial (ou Ipixuna), Benevides e Alegre Vamos.
2. Desenvolver o mapeamento das ruínas e da cultura material dos quilombolas do Aproaga.
3. Realizar o registro de narrativas orais, desenhos, cartografia social que se desenvolve e inventa em relação às ruínas do engenho Aproaga.
4. Levantar as memórias e visagens do território, incluindo as do engenho Aproaga.
5. Estudar os conhecimentos tradicionais dos povos do Aproaga por entender que estes se constituem a partir das situações sociais e experiências históricas (neste se inclui o conhecimento com os cultivos, formação de roças, pesca artesanal, construção de canoas, utensílios de trabalho, até as interpretações que realizam da arquitetura do lugar).
6. Debater com as comunidades e sua representação política a elaboração de um plano de gestão, com a possibilidade de musealização das ruínas.
7. Produzir e sistematizar as reflexões coletivas do Povo do Aproaga sobre “patrimônio”, “preservação” e as concepções de objeto, artefato, museu.

Os trabalhos acadêmicos já realizados por pesquisadores da Universidade Federal do Pará, Museu Paraense Emílio Goeldi, são unânimes quanto à importância científica deste conhecimento, o que também se explica pela valorização social feita pelas comunidades que têm realizado uma luta pela preservação deste patrimônio, de sua memória e território. Desta maneira, destaca-se ainda o fato inédito de um membro da comunidade ter adquirido as “ruínas do engenho do Aproaga”, em 2007, e as formas como eles têm se investido de uma atividade de “arqueólogos nativos”, ao mesmo tempo que colecionadores de peças, fala enfaticamente deste interesse.

Os objetivos apontados nesta proposta de pesquisa não se cingem ao “sítio arqueológico” convencionado na Arqueologia tradicional, pois se trata de uma pesquisa e estudo antropológico

focalizando significações, representações e construções identitárias realizadas a partir da existência social e cultural do grupo. Neste sentido, os procedimentos e práticas se realizam a partir de relações de pesquisa com os quilombolas do Aproaga.

Um primeiro plano desta metodologia é refletir o território político e simbólico elaborado pelo grupo, e que, de forma aproximativa, corresponde a presente trama cartográfica.

O segundo procedimento diz respeito à realização do diagnóstico e proceder ao inventário do patrimônio imaterial das comunidades quilombolas do Aproaga. Com esta finalidade utilizaremos o Inventário de Registro de Referências Culturais/IPHAN.

As metodologias de mapeamento social estarão sendo construídas. Um momento privilegiado delas se desenvolve durante as oficinas e encontros. Os pesquisadores articularão momentos/atividades nos quais o diálogo entre os participantes e os atos de ouvir, registrar, fotografar por parte do pesquisador, constroem os dados da pesquisa. O que se objetiva é identificar as linguagens e imagens produzidas pelos quilombolas, tanto em relação às ruínas do Aproaga, como às inúmeras visões dos recursos, conhecimentos. O método etnográfico conduzirá este trabalho de campo. Nele se contempla a realização de entrevistas individuais e coletivas, registro em audiovisual (fotografias, filmagens, desenhos e mapas).

O terceiro conjunto de procedimento é dirigido para o registro das ruínas e consistirá primeiramente no seu mapeamento em planta baixa juntamente com as demais culturas materiais associadas, esta atividade e será realizada juntamente com a comunidade em forma de oficina. Além de registrar as condições atuais das ruínas e construir uma projeção de sua estrutura original, instrumentalizará os membros da comunidade com esse conhecimento técnico. O registro será complementado com fotografias e filmagens de toda a atividade.

A cultura material será também registrada com fotografias com escala e uma descrição preliminar das peças. Entende-se que ela representa parte do seu repertório de práticas e sob as quais se posicionam para exercer o controle cultural.

Outras reuniões com as comunidades e suas representações políticas possibilitará desencadear o debate a respeito um plano de “gestão compartilhada” das ruínas e possibilidades de musealização.

a) Plano de trabalho da pesquisa

A proposta de Plano de Trabalho de Pesquisa (em anexo a este I Relatório Parcial) foi objeto de debate com a equipe Técnica do IPHAN integrada pelas senhoras: Denise Rosario, Julia Lima e Adma Lopes em reunião realizada no dia 04 de junho de 2012. Recapitula-se neste Plano as etapas do trabalho e os respectivos produtos, o que já se constitui em um fluxo no qual se encaixa este I Relatório.

A equipe de pesquisa definiu na sua primeira reunião realizada na quinta feira, 31 de maio de 2012 os resultados ou “produtos” abaixo:

- “Exposição Povos do Aproaga: patrimônio imaterial e memória” (nome provisório)
- Elaboração e impressão de Álbum/ com CD ou DVD
- Elaboração de um plano de gestão preliminar
- Seminário Final do Projeto Patrimônio imaterial, território e memória dos Povos do Aproaga.
- Inventário
- Página WEB do projeto.

Etapas e atividades do Plano de Trabalho

A partir da hipótese de que o vale do rio Capim representa territórios de diversos grupos étnicos com relações sociais, econômicas e culturais permanentes objetiva-se que a pesquisa informe sobre a diversidade cultural, os processos de territorialização dos diversos povos e das transformações ocorridas.

I Etapa: Levantamento da documentação histórica sobre o Vale do Rio Capim

Período: 28 de maio a 28 de junho de 2012

Atividades: Levantamento da documentação histórica (parte I).

Instituições:

- Arquivo Público do Pará
- Biblioteca Pública – Centro Cultural Tancredo Neves – Sessão de Obras Raras
- Centro de Memória da Amazônia – Universidade Federal do Pará
- Biblioteca - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará
- Comissão Demarcadora de Limites
- Museu Paraense Emílio Goeldi

Objetivos

- a) Reunir as fontes documentais históricas que permitirão compreender o processo de ocupação do vale do rio Capim e sua diversidade étnica.
- b) Organizar as fontes escritas e sintetizar seus conteúdos.
- c) Pesquisar a documentação que consta dos Arquivos Ultramarinos
- d) Organizar estas fontes (iconografias) para a montagem de materiais para a Exposição e Álbum.
- e) Levantar dados sobre a distribuição de sesmarias no Vale do rio Capim
- f) Coletar dados existentes na obra de Palma Muniz
- g) Levantamento de mapas do século XIX e XX (Comissão Demarcadora de Limites; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

No final desta etapa os pesquisadores reunidos comentaram o dossiê preliminar sobre a história da ocupação do vale do Rio Capim e serão identificadas informações para a Exposição e Álbum. A data proposta para este seminário interno é dia 28 de junho de 2012 (quinta-feira).

Produto:

Relatório Parcial cujo conteúdo apresenta uma síntese analítica da ocupação do vale do rio Capim.

II Etapa **Excursão de Quiandeua a Graciosa, subindo o rio Capim.**

Período da excursão:

Inicialmente prevista para junho de 2012 (de 15 a 18 de junho) está sendo reagendada para a terceira semana do mês de julho de 2012.

Objetivo

O objetivo desta excursão é realizar o reconhecimento da ocupação por povos indígenas e quilombolas ao longo do rio Capim.

No transcurso estarão sendo preenchidas Fichas Arqueológicas e sistematizando observações, registros de fotos, filmagem e entrevistas com o intuito de conhecer a memória sobre o território e o patrimônio dos povos e comunidades tradicionais do Rio Capim.

Neste trabalho de campo será dada atenção a toponímia e as etnografias permitirão reconhecer a existência histórica de povoados, vilas, taperas, mas também as representações do rio Capim para os que vivem nas suas margens.

Nesta etapa da pesquisa será realizada reunião com membros da AQURC e professores (em Belém ou Taperinha) para informar sobre resultados deste trabalho.

No tocante à pesquisa histórica dar-se-á continuidade explorando outras fontes e instituições, incluindo o levantamento em cartórios.

- a) Sistematizar dados a partir dos Relatórios de Província, Coleção de Leis da Província do Pará.
- b) Pesquisar bibliografia geral e trabalhos acadêmicos recentes com referência sobre o Vale do Rio Capim.
- c) Levantamento de cartórios
 - Sistematizar o registro de documentos existentes no Cartório de Licínio Rodrigues, município de São Miguel do Capim sobre a denominada Fazenda Aproaga (década de 1940).
 - Consulta no cartório de Antônio Carvalho – São Domingos do Capim

Produto:

No final deste trabalho será elaborado um relatório individual sobre as observações de campo e partes dos registros estarão sendo examinados para a finalidade da Exposição, do Álbum e das oficinas. O estudo histórico sobre o Engenho do Aproaga e outros empreendimentos da economia colonial e provincial estará sendo ampliado.

Ambos materiais estarão sistematizados no II Relatório Parcial do Projeto, a ser apresentado na última semana de julho de 2012.

III Etapa Trabalho de campo em Arqueologia e Oficinas sobre Patrimônio Imaterial, Território e Memória

Período: 29 de julho a 30 de agosto de 2012

Os pesquisadores (Arqueólogos/historiadores, antropólogos) estarão levantando dados sobre os sítios arqueológicos no território e produzindo coleta de dados sobre o Engenho do Aproaga, com uma perspectiva do “antes” e o “agora”, listando-se algumas perspectivas de trabalho empírico e de análises, incluindo:

- território e canaviais
- territórios e roças
- território e pesca
- territórios e caça
- territórios e memórias
- territórios de sociabilidade

O foco deste trabalho estará nas oficinas a serem realizadas com adultos, crianças e jovens com uma programação diversa na qual se inclui a elaboração de croqui, contar e representar histórias, leituras vinculadas ao tema, apresentação de filmes com debates. Também espera-se organizar cursos dentro da temática.

O trabalho de sistematização de materiais durante o mês de agosto será realizado simultaneamente às fases da pesquisa de campo e de escritório.

No final deste período de relações sociais de pesquisa com as comunidades quilombolas, precisamente durante três semanas do mês de agosto estarão sendo elaborados os roteiros de artigos pelos pesquisadores. Ao mesmo tempo serão selecionados os materiais para o álbum. Entre os materiais elaborados pelos quilombolas identificam-se as narrativas (transcritas); os croquis, os desenhos.

Haverá necessidade de priorizar as transcrições e tratamento destes materiais (exemplo foto-shop e editoração de fitas). Vários desses materiais serão compartilhados pela Associação Quilombolas Unidos do Rio Capim para a montagem de páginas, exposições fotográficas em eventos.

IV Etapa Montagem da Exposição e realização do Seminário final do Projeto.

Os materiais para a exposição deverão estar concluídos no final do mês de agosto de 2012.

No início do mês de setembro (duas semanas) haverá retorno à comunidade para atualizar e conferir dados, como também comunicar os resultados do Projeto. Um ponto central será refletir a Gestão do Patrimônio Material e Imaterial e ainda rever as possibilidades de realização da planta baixa em oficina.

Na segunda semana será revisto o cronograma da exposição e corrigido o tocante aos materiais que comporão o álbum e CD ou DVD.

Na terceira semana será organizado o Seminário do Projeto e a primeira etapa de apresentação da Exposição entre as Comunidades do Rio Capim, na cidade de São Domingos do Capim.

O projeto concluirá na última semana de setembro de 2012 com a entrega dos seus resultados ao IPHAN e as Comunidades Quilombolas do Rio Capim.

b) Quadro de atividades realizadas

Neste item descrevem-se as atividades realizadas para articular a equipe de pesquisadores e aquelas tendentes a sistematizar as pesquisas e documentos históricos apresentados neste volume.

2. Quadro de pesquisadores

Nome	Formação	Instituição	Experiência no tema de pesquisa
Eliana Ramos Ferreira	Dra. História Social PUC – SP	Universidade Federal do Pará - NPI - Grupo de História coordenado pelo Prof. Rafael Chambouleyron	Pesquisa histórica em apoio à elaboração de Relatórios Histórico Antropológicos dos quilombolas de Irituia e Cachoeira do Arari. Dominio sobre os documentos depositados no Arquivo Público do Estado do Pará e outros.
Fernando Marques	Arquiteto e Historiador (PUC- RGS)	Integra o grupo de pesquisa sobre Engenhos no Museu Paraense Emilio Goeldi	Estudos arqueológico dos sítios históricos de Aproaga, Tapuruçu, Fazenda São José (propriedade do Sr. Calixto) e outros lugares do Vale do Rio Capim
Irislane Pereira de Moraes	Cientista Social Especialista em Arqueologia Mestranda (fase final de elaboração da dissertação)	Programa de Pós-Graduação em Antropologia IFCH	Realiza dissertação de Mestrado sobre Patrimônio, Memória dos Povos do Aproaga.
Ângelo Pessoa Lima	Arqueólogo Mestrando (fase de elaboração de tese)	Programa de Pós-Graduação em Antropologia IFCH	Realiza dissertação de Mestrado sobre Arqueologia Pré- Colombiana na Serra dos Carajás.
Rosa Elizabeth Acevedo Marin	Historiadora, Doutorado pela EHESS – Paris França	Professora NAEA PPGAS	Pesquisa sobre Quilombos

Figura 3. Quadro Síntese das Reuniões de trabalho da equipe e articulação dos pesquisadores

Data	Objetivos	Resultados
31 de maio de 2012	Apresentação dos pesquisadores Informe sobre a assinatura do Convenio IPHAN-FADESP 06/2012	A reunião foi convocada por Rosa Acevedo para o dia 31 de maio de 2012, as 15 horas, na Sede da Associação de Universidades Amazônicas com a pauta informada. Memória da reunião (Rosa Acevedo) Elaboração do Plano de Trabalho da Pesquisa

	Disponibilidade de tempo dos pesquisadores para o Projeto. Apresentação e estudo do Projeto Elaboração de Plano de trabalho Organização de Calendário Reunião (a marcar) com Técnica do IPHAN que acompanhará o Projeto Reunião com a FADESP para examinar cláusulas sobre desembolso financeiros e prestação de contas Aprovação e execução do Projeto e comunicação com AQURC	
04 de junho de 2012	Apresentação e debate do Plano de Trabalho Informação de procedimentos: Pesquisadores, FADESP, IPHAN Documentos a encaminhar	Reunião solicitada pela Coordenação do Projeto para apresentar a versão do Plano de Trabalho e informar de encaminhamentos junto à FADESP. Realizada no IPHAN, com presença das técnicas: Júlia Lima, Denise Rosario, Adma Lima Resultado da reunião revisão do Plano de Trabalho. Levantamento de documento
05 de junho de 12 2012	Apresentação na FADESP para agendar orientações de execução	Encontro na FADESP com técnico responsável pelo Acompanhamento do Projeto
06 de junho de 12 2012	Proceder a organizar a documentação da equipe e sistematizar dados administrativos do projetos	Estudo do Plano de Trabalho Preenchimento das Planilhas de Desembolso Cronograma do Projeto Atualização e impressão de Curriculum Lates
19 de junho	Revisar os documentos que compoem o Relatório Parcial.	Encontro de parte da equipe de pesquisadores para finalizar - Relatório Parcial - Planilha - Cronograma

c) Objeto de pesquisa e enfoque historiográfico.

O Estudo dos Vales dos rios Tocantins Capim, Guamá, Moju e Acará

As atividades de pesquisa consistiram em sistematizar documentação histórica, bibliografia, iconografia e mapas sobre os Vales e sua dinâmica histórica e sociológica enquanto objeto de estudo.

Os vales dos rios Tocantins, Capim, Guamá, Moju, Acará e ainda deve ser mencionado o rio Bujaru compõem o primeiro círculo da agricultura formado no entorno de Belém e que se adensou no final do século XVIII e XIX.

Esta região agrícola dominada por vales leva a refletir a tradição historiográfica francesa que tem feito deles um objeto amplo de estudo. Excelentes trabalhos foram realizados por Emmanuel Le Roy Ladurie sobre o Languedoc¹.

Nesta tradição o historiador Henri Lefevre escreveu sua obra: *La Vallée de Campan. Etude Sociologique Rurale*. 1963. A tese de doutorado de Omer Luquet - *La vie économique dans la vallée de Campan* (1935) havia dado início a esse tema de pesquisa. Mais recentemente, Georges Buissan escreve um livro de memória com o título: “*Hier, en Vallée de Campan. Vie montagnarde et communautaire d’un village des Pyrénées centrales*” (1999).

A historiografia francesa ao tratar dos vales como objeto de pesquisa sistemático desenvolveu não apenas uma leitura de macro e micro espaços como formulou teorias sobre as sociedades camponesas francesas. Assim, praticamente todos os vales dos grandes rios franceses têm sua história escrita – La Seine, Lorraine, Garonne e os seus historiadores, com uma perspectiva de história regional e social. Nestas pesquisas abordaram-se as civilizações e a vida camponesa em uma história de longa duração, penetrando na Arqueologia, Linguística, Economia e Antropologia.

¹ O autor inicia com a sua tese de doutorado de 1966. *Paysans de Languedoc (thèse)*, SEVPEN, 1966. *Histoire du climat depuis l’an mil*, Flammarion, 1967. *Anthropologie du conscrit français* (avec J.-P. Aron et al.), Paris, Ed. de l'EHESS, 1972. *Médecins, climat, épidémies* (avec J.-P. Desai et al.), Paris, Ed. de l'EHESS, 1972. *Le Territoire de l'historien*, Gallimard, t. I, 1973 ; t.II, 1978. *Montaillou, village occitan de 1294 à 1324*, Gallimard, 1975. *Histoire économique et sociale de la France. II/ De 1450 à 1660. II/ Paysannerie et croissance*, 1976. *Le Carnaval de Romans : de la Chandeleur au Mercredi des cendres (1579–1580)*, Gallimard, 1979. *L'Argent, l'amour et la mort en pays d'Oc*, Le Seuil, 1980. *La Sorcière de Jasmin*, Le Seuil, 1980. *Inventaire des campagnes* (en collaboration), 1980. *Histoire de la France urbaine* (en collaboration), 1981. *Paris-Montpellier : PC-PSU, 1945-1963*, Gallimard, 1982. *Parmi les historiens*, Le Seuil, 1983 et 1994. *Pierre Prion, scribe*, 1987. *L'État royal, 1460-1610*, 1987. *Le Siècle des Platter*, Paris, Fayard ; t. I, *Le mendiant et le professeur*, 1997 ; t. II, *Le voyage de Thomas Platter*, 2000 ; t. III, *L'Europe de Thomas Platter*, 2006. *L'Historien, le Chiffre et le Texte*, Fayard, 1997. *Saint-Simon ou Le système de la Cour*, Fayard, 1997 (collaborateur). *Histoire du Languedoc*, 2000. *Histoire de France des régions*, 2001. *Autour de Montaillou, un village occitan : histoire et religiosité d'un village au Moyen Âge*, 2001. *Histoire des paysans français : de la peste noire à la Révolution*, 2002. *Les Grands Procès politiques*, 2002. *La Dîme royale*, 2002. *Histoire humaine et comparée du climat*, Ed. Fayard, t. 1 *Canicules et glaciers XIII^e - XVIII^e siècles*, 2004 ; t. 2, *Disettes et révolutions*, 2006 ; t. 3, *Le réchauffement de 1860 à nos jours* (avec le concours de Guillaume Séchet), 2009. *Histoire de France des régions : la périphérie française, des origines à nos jours*, 2005. *Histoire du climat du Moyen Âge jusqu'à nos jours*, DVD, 2007. *Histoire de la Bibliothèque nationale de France*, Conférence au Collège de France 1995, CD Audio, Ed. Le Livre qui parle 2009. *Abrégé d'histoire du climat du Moyen Âge à nos jours*. Entretiens avec Anouchka Vasak, Fayard, 2007. *Histoire et système* (dir.), Le Cerf, 2010.

Este projeto histórico e antropológico apresenta contribuições pontuais para a Amazônia, um universo de rios com história particular. Nesta linha de domínio teórico e metodológico estão sendo apresentadas as reflexões do capítulo deste Relatório.

A pesquisa histórica foi realizada nas instituições que detêm a memória histórica do Estado do Pará, a saber: Arquivo Público do Estado do Pará, Biblioteca do Estado Arthur Vianna (em especial a Sessão de Obras Raras), o recém criado Centro de Memória da Amazônia, Comissão Demarcadora de Limites, Museu Paraense Emílio Goeldi.

Na Universidade Federal do Pará foram consultadas bibliotecas para conferir os títulos relativos à História do Pará. Em especial, procurou-se entrar em diálogo com as dissertações, teses, Trabalhos de Conclusão de Curso de maneira a recapitular nesta produção os títulos concernentes a essa história dos vales do Capim, Acará, Moju e Guamá.

Observa-se que a exploração destas fontes não está esgotada, apresentando-se a continuidade dos argumentos históricos para refletir a história da ocupação do vale do Capim, em contraste e aproximação com a região dominada por Belém, como processo constitutivo do mundo colonial no espaço amazônico.

O Vale do Capim: indígenas, escravos negros e quilombolas nos séculos XVIII e XIX

As incursões pela parte ocidental, nas terras banhadas pelos rios andinos, deram mérito incontestável a Francisco de Orellana que se aventurou no curso do “Mar-doce de Pinzon” e, percorreu rios amazônicos até chegar ao delta, em 1542. O cronista Gaspar de Carvajal narra as aventuras que serviram de pegadas para o capitão Pedro Teixeira assim como os expedicionários Pedro de Ursua e Lopes de Aguirre. A lenda das civilizações banhadas em ouro toma conta do imaginário europeu sobre o rio Amazonas nos séculos XVI e XVII.

Com atraso, os portugueses tomaram a iniciativa de penetrar os cursos de água e vales do que começava a ser reconhecido como rio Amazonas; já então estavam muito receosos do avanço dos ingleses e, em especial, dos franceses no Maranhão, com possessões em São Luís, a uma distância de entre 18 e 20 horas de viagem que separava a foz do rio Amazonas daquela vila. Outro franco que ameaçava o domínio português situava-se nas terras do Cabo Norte (Castro, 1999; Reis, 1947). Francisco Caldeira de Castelo Branco, capitão mor de Pernambuco, até 1614, comandou a expedição luso pernambucana que de São Luís, tomado pelos portugueses, rumou ao oeste com o objetivo de completar a expulsão dos franceses, controlar o território e a redução “do gentio à nossa amizade” como escreveu no seu regimento o Capitão-Mor Alexandre de Moura. A expedição de Bento Maciel Parente teve o mesmo alvo de desalojar os europeus das terras do Cabo Norte. A primeira resultou na fundação de Belém, em 1616, vila que entrou na disputa entre Castelo Branco e os Maciel Parente. Como ocorreu a penetração dos portugueses e quais foram as estratégias desse povoamento? Os grandes rios formaram as trilhas que os expedicionários seguiram e a distinção será feita para aqueles que serviram como encruzilhadas. O rio Pará² e o rio Tocantins constituíram um Carrefour de águas e é a posição de cada um deles em relação a Belém³ que produzem maior relevância histórica. Sobretudo, em relação ao rio Tocantins releva-se a ocupação da sua margem oriental que foi mais rapidamente ocupada pelos colonizadores e religiosos, no transcurso do século XVII e XVIII.

Segundo Baena, o Padre Capucho Frei Cristovam de Lisboa entrou no rio Tocantins, em 1625. Transcorridos 44 anos Gonzalo Paes e Manoel Brandão correram as terras do Tocantins até a foz do Araguaia à busca de ouro ou prata. Em 1673, Pascoal Paes de Araújo, Mestre de Campo Paulista encabeçou uma bandeira buscando o descimento e cativeiro dos índios Guarajús. Os mesmos Guarajús, foram contatados pelo padre Antonio Raposo Tavares que tinha também interesse no ouro. O rio Araguaia a margem esquerda do Tocantins foi explorado pelo Capitão Diogo Pinto da Gaia, a pedido do governador do Pará Bernardo Pereira de Berredo. O missionário jesuíta Manoel da Mota, em 1721, penetrou o rio Tacaiunas para “missionar” os índios Tacaiuna e Guaranizes. No tocante a navegação pelo rio Tocantins há o registro de José de Nápoles Tello de Menezes, que em 1782 fundou

² O rio Pará é um braço direito do rio Amazonas, engrossado com as águas do rio Tocantins.

³ Segundo Baena, a foz do rio Tocantins dista 31 léguas da capital do Pará e tem 8998 braças craveiras de largura.

Alcobaça, na primeira cachoeira do rio. Esse posto procurava impedir o contrabando de ouro e a fuga dos escravos de Cameta, assim como “desviar as agressões dos Silvícolas Timbira, Carajá, Apinage e Gavião”. Novo registro foi levantado em 1797 na grande cachoeira de Itaboca, no período de governo de Dom Francisco de Souza Coutinho (Baena, 2004: 359-360).

Gama Abreu afirma que “O Tocantins não é um rio deserto nem desconhecido como o Araguaia” e acrescentou que o Pe. Vieira subiu o Tocantins, em 1653. Ele partiu de Belém em 13 de dezembro e chegou à cachoeira Itaboca no dia 28 do mesmo mês.

É importante frisar o sentido de escrever sobre a construção deste segmento do Estado do Grão-Pará. A primeira orientação é que os pontos aqui situados situam-se em um referencial teórico que considera que a história articula-se no duplo campo de relações: dos homens com a natureza e dos homens entre si. A segunda é refletir sobre os traços definidos pela colonização européia que procedem de uma visão teórica e metodologia da história social e da geografia. Para Hobsbawm a história social, ou melhor, a história da sociedade é a “história de unidades específicas de pessoas que vivem juntas, unidades que são definíveis em termos sociológicos. E a história das sociedades e também da sociedade humana (...) ou de certos tipos de sociedade e suas possíveis relações (...) ou do desenvolvimento geral da humanidade considerada como um todo” (Hobsbawm, 1998: 92). Mais adiante o autor sugere elementos importantes que se aproximam do interesse da abordagem aqui esboçada para o estudo das sociedades coloniais:

A vantagem analítica da situação colonial (termo com o qual quero dizer a situação das colônias formais adquiridas por conquista e diretamente administradas) é que, nesse caso, uma sociedade inteira ou grupo de sociedades são definidos nitidamente por meio de contraste com uma força externa, e suas várias mudanças e transformações internas, como também suas reações ao impacto poderoso e incontrolável dessa forma, podem ser observados e analisados como um todo. (Hobsbawm, 1998: 103).

Contudo, esta análise é lacunosa sobre uma sociedade colonial que pulula, tem vida própria e interesses, em alguns momentos em franca colisão com o domínio metropolitano ou das elites que se amoldam à colonialidade do poder. A geografia contribui indicando os espaços transformados e é o “*uso sistemático*” de mapas torna-se “*ferramenta analítica*”, quer dizer os *mapas que dissecam o texto de uma maneira incomum, trazendo à luz relações que de outro lado ficariam ocultas* (Moretti, 2003. 13). A antropologia e a política permitem uma compreensão desse campo de relações sociais conflituosas.

Mapas ferramentas analíticas: as encruzilhadas dos vales do Tocantins, Moju, Acará, Guama

Entre os autores cotejados para a descrição do rio Tocantins e alguns dos seus afluentes - Moju, Acará, Guamá e Capim estão o Pe. Jesuíta João Daniel (1775), Spix e Martius (1825), Antonio Baena (1839) e Gama Abreu (Barão de Marajó). A temporalidade desses autores é também uma sequência de acréscimos de referências e de preocupações. João Daniel, Spix e Martius situam-se em um contínuo do mundo colonial. O primeiro é um observador que desde sua formação intelectual e religiosa compartilha

do projeto de transformação colonial. Já os dois naturalistas bávaros instrumentalizam o conhecimento científico de sua época e são observadores da ruptura política do mundo colonial. Baena situa-se no campo científico e produz conhecimentos para o controle da elite dominante de extração colonial. José da Gama Abreu (Barão de Marajó) escreve na Amazônia do auge da borracha e da modernização da sociedade e tem referências para seus estudos corográficos os autores anteriores e suas observações criteriosas.

O Pe. João Daniel é a leitura matriz e nas suas descrições indica pormenorizadamente as articulações entre esses cursos de águas. Nas páginas dessa obra são priorizados elementos da natureza e das sociedades. Essa leitura, e as dinâmicas sociais, que retrata surgem de observações *in lócus* sobre as nascentes dos rios, percursos, paisagens, exploração das riquezas, grupos indígenas e uma visão futurista indicando projetos e transformações.

Pe. João Daniel

“As águas do grande rio Tocantins. Estas duas famosas baías (Limoeiro e Marapata) são formadas das águas do rio Tocantins, o qual é tão grande, que a sua vista ficam como examinadas as águas deste segundo braço do Amazonas, aqui deve se chamar Rio Tocantins.

Antonio Baena frisa como critério para sua “Lista hidrográfica” os rios “que têm maior numero de defluentes”. Na Província do Pará essa lista é encabeçada pelos “rios e riachos, que engrossam o rio Tocantins”, na sua margem direita ou Oriental e a Margem esquerda ou Ocidental. Em geral, cada curso d’água tem indicação sobre a origem do nome, sobre características geográficas (ilhas, cachoeiras) a extensão, dimensão do povoamento, frisando certa comparação entre cada um ou se ocorreu despovoamento. Outro detalhe é sobre a classificação dos povoadores: “moradores”, “indígenas” e informações sobre intervenções, do tipo construção de presídio ou limite entre Províncias (Goiás e Maranhão). A margem direita ou oriental desse rio mostra maior ocupação e esta nele a ligação com o rio Moju:

“O riacho Ipitinga é dilatado, e chega as terras do rio Moju. Pouco acima lbe fica a ilha Ararapá, e próxima a esta a ilha Mauariroca, que tem uma alta pedra, e logo adiante a ilha Uariuacuara, em cuja ponta há uma grande pedra oca, no qual sem impedimento pode entrar um homem.(...) O riacho Cunaua vem de serras perto das cabeceiras do rio Moju: entre este e o riacho São Miguel demora a ilha Pitauanoca que tem defronte no rio um poção farto de tartarugas no tempo delas. O rio Macaúan é dilatado, e dá no rio Moju segundo dizem.”

Spix e Martius. Em 21 de agosto de 1820, os dois naturalistas saíram de Belém e depois de passar pela foz do rio Guama, alcanzaram a parte meridional da Baía de Guajará, entrando no Rio Moju “que se lança por uma vasta embocadura de mais de 700 braços, num mar de água doce”. Nessa viagem se detiveram no engenho de Jaguarari, propriedade de Ambrosio Henriques Pombo, famosa por sua *eficiência e elegância*. A paisagem do rio aflora na descrição: *As margens do Moju prestam-se para qualquer espécie de cultura tropical; além da cana, também há ali café, mandioca, milho e arroz*. Nesse serviço empregavam-se “os inúmeros escravos pretos da fazenda”, enquanto os índios da vizinhança dedicavam-se a pesca e a suas pequenas roças. Eles viviam na ilha baixa, “formada pelo desaguadouro do Tocantins, do Moju e do Igarapé Mirim, nas vilas de Conde e Veja (Spix e Martius, 1961: V. III, p. 71).

“O rio corre, em geral, de sudoeste para nordeste” e pelas anotações sistemáticas dos naturalistas é um rio ocupado: no rio Jacari comentam uma fazenda com pequeno engenho para fazer açúcar e destilar aguardente. Também, cultivava-se nessa propriedade o cacau. Sobre a vegetação frisam que a região, baixa e úmida, é coberta por densa mata. Transcorridas algumas léguas indicam que no começo de Igarapé-Mirim estava a fazenda Catimbau e mais na frente o canal que havia sido aberto no governo de D. Francisco de Souza Coutinho. As fazendas estavam espaçadas e o primeiro lugar é freguesia de Santa Ana de Tarauacú, onde havia algumas casas em torno de uma igreja. Nesse trajeto orientaram-se até o Igarapé Mirim para o rio Anapu e encontra-se com o rio Abaeté – braço do rio Tocantins. O barco os conduz até a baía de Limoeiro ao oeste e a baía de Marapatá ao leste.

Barão de Marajó.

Baena elabora suas descrições das ligações entre os rios e riachos que circundam o rio Moju com base em informações de terceiros. O Barão de Marajó, quatro décadas depois, com base no mapa do Tocantins, publicado em Lisboa, em 1877 e que foi elaborado pelo piloto José Velloso Barreto confirma as ligações do Moju: o rio Ipitinga “quase vai encontrar o Moju. O Cunauá tem sua origem próxima ao Moju, o Macauan também se liga ao Moju, e era aproveitando-se da grande extensão de terras banhadas pelo Moju e alguns de seus afluentes, que o piloto queria estabelecer o transporte de gado do Tocantins ao Pará (capital) (Gama Abreu: 1992: 198) .

Gama Abreu acrescenta em suas anotações sobre o Moju que *“É este um dos belos rios da província do Pará com um belo curso muito extenso que se supõe de mais de 600 quilômetros com uma largura em grande parte do seu curso superior a 2 quilômetros. Empreguei a palavra supõe e com vergonha o digo, pois que com sua embocadura a uma hora da capital, vindo que pelo canal de Igarapé Mirim se açã suas águas ligadas as do Tocantins, recebendo a 30 quilômetros da boca o Acará pela sua margem direita, e a grande distancia da foz pela margem esquerda, o extenso rio Cairary, do qual por um afluente se passa ao Tocantins abaixo de Mocajuba, em frente á ilha do Tamanduá, habitado em uma extensão de mais de 400 quilômetros – é contudo muito pouco conhecido na ultima parte do seu curso, assim como no dos seus afluentes. O Cairary, seu afluente de muita extensão, é também muito pouco explorado. O volume de águas do Moju enriquecido pelas do importante rio Acará, e reunido às do Guamá (impropriamente chamado assim), é que formam o rio Guajará ou rio Pará.*

O rio Guama, insiste o geógrafo e hidrólogo, forma-se unindo suas águas ao rio Capim, ambos lançando-se sobre o rio Guajará ou Pará, a uma milha de distancia de Belém. O rio Capim é o principal e tem no seu curso 900 quilômetros, já o Guamá tem 300. No ponto de confluência de um com o outro tem o Capim uma milha de largura, enquanto o Guamá tem 200 metros, tomando o rio que deve chamar-se Capim, uma e meia milha de largura até alcançar o rio Pará.

O rio Capim será destacado pela extensão do seu curso. Cálculos recentes negam os 900⁴ quilômetros mencionados pelo Barão de Marajó, entretanto, não pode ser desmentida as vantagens do seu tamanho, navegabilidade apesar do seu curso sinuoso.

Os cursos de água descritos distinguem o primeiro circulo de agricultura comercial do Pará. Nestas terras se organiza o empreendimento agrícola, com algumas unidades organizadas no modelo da *plantation* (cultivo de cana e cacau). As densidades demográficas mais elevadas do vale amazônico destacam-se nos povoados e lugares deste segmento quando objetos dos recenseamentos coloniais.

Rios e igarapés na partilha de terra colonial

A historiografia por força da abundancia de documentos e referencias focaliza determinadas área e realidades em detrimento de outras. A ilha de Joanes ou ilha de Marajó, as terras do Cabo Norte, o Baixo Tocantins e ainda a Vigia tiveram grande destaque nas fontes documentais e por esse motivo facilitam diversas abordagens de historiadores contemporâneos interessados nas estratégias de ocupação, no desenvolvimento da agricultura comercial, nos processos políticos (Nunes Pereira, 1953; Ângelo Menezes, 2000; Amorim, 2002, Gomes, 2000; Acevedo Marin, 1985; 1998; 2000). O mesmo não se observa em relação aos vales dos rios Moju, Capim, Guamá e Acará que tem pouca relevância na escrita da história regional.

⁴ Para efeitos da cartografia do rio Capim foi calculada uma extensão de 385 km por Ulisses Guimaraes, contudo o calculo foi realizado imaginando uma linha reta, o que não corresponde a característica sinuosa do seu curso. Ao certo, trata-se do maior rios dos que formam esta região.

Na primeira centúria da colonização portuguesa, no estuário do rio Amazonas, a ocupação foi mais dilatada em direção às terras próximas de Belém, então, o principal centro comercial e político. Este espaço experimentou mais acintosamente os desdobramentos da política de povoamento e, em seguida, de fomento agrícola. O Pe. João Daniel no seu “Tesouro Descoberto do Rio Amazonas”, escrito com base nas observações realizadas nos anos 1740, apresenta uma explicação para este processo:

Todos estes quatro rios: Moju, Acará, Guamá e Capim, são os mais bem povoados de todo aquele Estado, não tanto pela bondade das terras, pois em todo o Estado são as mesmas, quanto por estarem na vizinhança da cidadesão os mais bem povoados, e também os mais alegres, e os que provêem de víveres os mesmos moradores da cidade (Daniel, 1976:Tomo I, p. 286).

A lavoura canavieira se desenvolveu nos vales dos quatro rios, as mais antigas e mais densamente povoada como resultado desses empreendimentos. As terras baixas do rio Guajará (nome que também recebia o rio Guamá) foram propícias para o cultivo da cana-de-açúcar estando partilhado por diversos sítios com seus *engenhos e engenhocas dedicados à fabricação de açúcar e aguardente. Esta atividade também foi igualmente dominante nos rios Capim e Acará, que contavam dezenas de sítios, de engenhos e engenhocas.* Vários engenhos e sítios encontravam-se até à distância de oitenta léguas nas terras banhadas pelo rio Moju.

Quais as marcas da ocupação da terra e das estruturas agrárias, originadas no oitocentos, que se encontram no rio Capim do século XIX e em décadas mais recentes? São Domingos do Capim tem sua origem remontada ao século XVII, e vincula-se ao processo de ocupação e colonização e controle de terras coloniais no Estado do Norte, em particular as incursões nos rios Tocantins e Guamá e em direção às proximidades da divisa do Pará e Maranhão onde se estabeleceram “fronteiras administrativas”⁵ entre os dois Estados e a criação de capitânias.

Durante o governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado São Domingos foi elevada a categoria de vila e se destacava por ser uma das mais povoadas da parte oriental da Província. Em “1758, o Governador e Capitão General Francisco Xavier de Mendonça Furtado, reconheceu a importância da povoação que se formara às margens do Rio Capim e criou a Freguesia de São Domingos da Boa Vista.”⁶ De conformidade, com o Mapa das Famílias das Capitânias do Estado do Grão-Pará de 1778 foram recenseadas na Freguesia de Santa Anna do Rio Capim 46 famílias e contavam duas pessoas “ricas” (ver anexos). Este número está referido aos cabeças de família aos quais se somam, esposa, filhos (parentes) e ainda os escravos e agregados. No total a freguesia contava 805 habitantes. O crescimento foi notável, pois por volta de 1823 contava com 992 moradores livres e 663 escravos.

Fazendas de tamanho médio ou pequenas junto com uma constelação de modestos sítios arquitetam o mundo rural que se organizou com base na agricultura, atividade dominante, no extrativismo e muito pouca criação. Todas as unidades se distribuíam às margens do rio e ainda

⁵ ACEVEDO MARIN, R. E. A Fronteira étnica da Região de Gurupi – Pará. Projeto Integrado de Pesquisa Mapeamento de condições ambientais dos municípios de Paragominas, Ulianópolis, Tome-Açu, Ipixuna do Pará e Aurora do Pará. 2005

⁶ FERREIRA, João Carlos Vicente (Org.) O Pará e seus municípios. Belém: JCV Ferreira. 2003 (p. 629).

penetraram na malha intrincada de igarapés e furos formadores deste primeiro círculo da agricultura que, cada vez mais, girava em torno do mercado de Belém. O horizonte e atos mais definitivos da ocupação partem da cidade, isto é verdade no tocante à solicitação da partilha desse espaço, por meio da concessão e confirmação de sesmarias, repassadas por meio da Carta de Sesmaria aos interessados pelo Provedor da Fazenda Real e do número de donos de engenhos e sítios que viviam em Belém. Que posições detêm os lavradores, sitiantes e agregados na estrutura fundiária e que movimentos esta experimentou no decorrer de dois séculos? Os primeiros tempos da colonização neste círculo mostram a concessão de sesmarias de uma e mais léguas, favorecendo a concentração relativa da terra.

No século XVIII, o mundo rural desta região, aqui definida como o primeiro círculo de agricultura formado a partir de Belém, é descrito em termos de uma certa opulência por João Daniel. A descrição do rio Moju projeta-se como cenário também dos rios Acará, Capim, Guamá e ainda o Tocantins:

Estão estes sítios, que mais merecem o nome de boas, e grandes quintas, sobre as margens dos rios: porque para o centro só há vivenda de bichos e feras. Esmeram-se porém tanto nas suas moradias os donos destas quintas ou sítios, que fazem ua muito alegre perspectiva aos navegantes; e com mais razão se podem chamar grandes, soberbos e magníficos palácios, do que casas de campo: e em muitos têm os seus moradores boas capelas, e igrejas, ainda que só em algum mais cômodo acodem ordinariamente os moradores daquele rio como a freguesia onde sempre assiste o seu pároco. E posto que alguns moradores têm tantos escravos, ou fâmulos, que podiam constituir uma pequena vila, contudo em nenhum destes rios há vila alguma formal, ... (Daniel, 1976: Tomo I. p. 286).

Por longo tempo esta paisagem de sítios e quintais, continuou sendo dominante sobre um componente urbano mais de Belém do que daquela vila de Santa Anna do Rio Capim. A exploração das madeiras de lei das florestas banhadas pelo rio Capim, ao igual que o rio Acará foi a primeira atividade organizada pelos administradores coloniais. As Fábricas Reais de Madeira organizavam-se no último quartel do século XVIII e abasteciam o Arsenal de Belém e parte importante do produto era exportada (Rocque, 1967, Angelo-Menezes, 1998, 1999). Essa exploração chegou a produzir, no decurso de várias décadas, a extinção de espécies, o que ocorreu com o pequiá (*Caryecar villosum*), madeira resistente utilizada para construção de navios. Faltando angelins (*Dinizia excelsa*), paus-d'arco (*Tabebuia serratifolia*) e o próprio pequiá solicitavam-se toras de madeira nas povoações que funcionavam em rede de abastecimento. As fábricas instalaram-se em Igarapé-Miri, Abaetetuba, Barcarena, Conde, Baião, Beja, Cametá, Acará ou no Moju; nestas três últimas instalaram-se as maiores fábricas e igualmente se têm os registros de rápido esgotamento das espécies citadas (Angelo-Menezes, 1998, 1999).

Esses empreendimentos arregimentavam trabalhadores indígenas empregados no corte e retirada das toras da floresta. O reservatório desta força de trabalho encontrava-se nos Lugares de Índios e as autoridades realizavam trocas de mão-de-obra por serviços de arraste de madeira para abastecer as fábricas⁷. Na segunda metade do século XVIII a freguesia destacava-se pelo número de escravos e uma paisagem agrícola. Dos gêneros cultivados nas freguesias de São José do Rio Acará, São Domingos do Rio Guamá, Santa Ana do Rio Capim e Espírito Santo do Rio Moju constavam café, arroz, cacau,

⁷ Angelo-Menezes registra, a partir de um documento de 1798, um exemplo de troca realizada por Joaquim Vicente, morador do Acará (Angelo-Menezes, 1998: 128-129).

açúcar, aguardente, milho e farinha conduzidos para o mercado de Belém ademais das madeiras de construção, boa parte delas exportadas para Europa.

Qual foi a base da riqueza destes moradores? Tudo indica que sua origem estava no cultivo e beneficiamento da cana-de-açúcar, apesar da visão negativa de um observador como foi o Pe. João Daniel que lamentava a sorte do ‘açúcar’, pois

podendo ser um dos mais preciosos gêneros daquele Estado, e com que podiam enriquecer todos os seus moradores, é tão grande a sua discoriosidade, que apenas no circuito, e vizinhança do Pará há alguns poucos engenhos dele; e esses poucos mais o são no nome que na realidade porque o seu maior tráfego, no pouco tempo, que moem, é mais para águas ardentes, do que para açúcar...”

O plantio da cana-de-açúcar organizou não apenas o trabalho escravo, mas foi o elo entre o cultivador e o dono de engenho ou engenhoca, sendo que está última somente se ocupava de fabricação de aguardente⁸. O engenho, de acordo com o modelo português, precisava de muita escravatura, de servidores e de máquinas.

O Pe. João Daniel faz reparos com base na experiência da China, onde essa cultura mostrava alto rendimento sem escravos, contando com instrumentos manuais e ainda assim possuía longa durabilidade. No vale do Amazonas, havia observado o religioso, as plantações não duravam mais do que cinco a sete anos. O ‘erro’, no seu entender, era a escolha da ‘*borda dos rios*’ e não a terra firme para este cultivo, onde poderiam se abrir canaviais perpétuos (Daniel, 1976: Tomo I 383-385).

Em 1729, a Coroa proibiu a utilização de mão-de-obra indígena nos canaviais, engenhos e áreas de cultivo do tabaco e os cultivadores foram pressionados para adquirir o escravo de origem africana⁹, introduzido, anos depois, pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1777).

Os produtores de açúcar e aguardente, do vale do Tocantins e afluentes, tiveram facilidades para adquirir escravos de origem africana com a montagem do mercado de escravos organizado pela Companhia. O tamanho do plantel faz acreditar que os preços de escravos não os tornaram proibitivos e que estes proprietários foram favorecidos por residirem ou estarem próximos de Belém. O sistema de venda da produção agrícola e extrativa por conta da compra de escravos pela Companhia funcionou, apesar dos *poucos cabedais* da maioria dos *colonos*; entretanto, estes mantiveram-se a procura de trabalhadores indígenas, que identificaram como seus “servos”. Na fase de atuação da Companhia, a ênfase na produção açucareira é mais notada na região Tocantina, incorporando um número importante de escravos, mas também de agregados que juntos representam três terços da população e estavam subordinados aos beneficiados pela concessão de sesmarias.

O rio Moju era conhecido pelas madeiras semelhante às riquezas exploradas nas matas do rio Acará. Já o rio Capim foi o centro da atenção do governo do Estado do Grão-Pará que buscava abrir caminho para o transporte do gado do Piauí. Em julho de 1796, o “Capitão do Mato José do Rozario Ribeiro foi encarregado de descobrir algum caminho, que das vertentes do rio Capim” conduzisse aos estabelecimentos mais ocidentais do Piauí” (Baena, 1969: 232). Essa expedição não pareceu ter

⁸ João Daniel cita a primeira destilação, a da cabeça, como mais refinada; as seguintes correspondiam às cachaças ou aguardentes, objeto de contrabando e contravenção. (João Daniel, 1976, T. I, p. 385)

⁹ Ver Azevedo, João Lúcio de. Os Jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930 2ª ed. 1901. P. 240

resultados. Mas o governador e Capitão General do Pará, Dom Francisco de Souza Coutinho insistiu nessa empresa designando para igual diligencia o Major Francisco Nunes que informava em 1798 sobre os resultados. Baena descreveu os pormenores da viagem:

remontara o rio Capim até ao Arraial de Santa Cruz; do qual vogara pelo rio Suribuju, braço do Capim; que da parte superior deste braço transitara por terra até a maior proximidade das vertentes do rio Gurupi onde vira os Gentios Amanajos: que daqui através de tabocais, ribanceiras, charaviscaes, penedias, longos tremedaes e Silvícolas feroces, chegara à beira do rio Pindare, construira canoas de paus, e nelas descera ate a Vila de Monção, onde entrara a três de Novembro; de cuja Vila se dirigira a Cidade de São Luiz do Maranhão, e nela fora bem recebido pelo Capitão General Governador Dom Diogo de Souza. (Baena: 1969: 238)

E conclui dizendo que o Rio Capim não tem curso extenso, e que por isso “não da toda a facilidade de transito para as Fazendas de criação de gado do Piaui ou das Aldeias Altas” Esse resultado transtornou o projeto do governador que tinha com esse plano a idéia de tornar Belém menos dependente das fazendas de gado da ilha de Jonaes. O governador tinha receios com o futuro do fornecimento de gado, pois a população da cidade crescia e o abastecimento de carnes por parte das fazendas não era suficiente. As fazendas necessitavam uma melhor administração para dar essa garantia Ainda mais, no caso de ocupação da ilha por qualquer nação com *projetos hostis contra a Capitania* estariam *privados os moradores da cidade do provimento de carnes*. (Baena: 1969: p. 239).

Os rios Guama, Capim e outros, segundo Spix e Martius eram “regiões ainda em parte muito pouco procuradas” e ainda que pudessem dar “considerável desenvolvimento à afluência dos artigos de exportação” tinham “restrita operosidade” devido, de um lado, à mingua de grandes capitais e, por outro lado, ao “gênio pacato do paraense” que se satisfaz com menor lucro.

A vila de São Domingos da Boa Vista foi estabelecida na confluência dos rios Guamá e Capim foram estabelecidas nos Boxs a seguir é organizada a descrição deste rio.

Pe. João Daniel
Do grande rio Capim dizia um prático, que também tinha nas suas cabeceiras muita vizinhança, e comunicação com as minas, e que por este rio, mais do que nenhum outro (exceto o Tocantins pondo-se a sua navegação em praxe) se devia abrir caminho, navegação, e comunicação entre as minas, e cidade do Pará e a razão das suas maiores conveniências é 1º porque é rio tão extenso, que lhe dão para cima de 30 dias de viagem; 2º por ser rio de suave navegação, sem cachoeiras, nem correntezas violentas. 3º por desaguar junto à mesma cidade do Pará: é certo que já na sua boca tem este rio Capim alguns sítios de portugueses, mas rio acima está, como todos os mais, despovoado; e como por razão da dita comunicação das minas pode este rio ser muito rico, devia ser povoado: e as suas terras são ótimas, como experimentam os que já nele tem sítios. (Tomo II p. 500)
Não há, pois outro meio para pôr em prática os mercados, e praças estáveis, senão pondo primeiro em praxe a existência dos barcos supra, e de muitos outros que sejam públicos, e tenham por oficio o freqüentar os sítios dos brancos, e deles transportar às cidades, e povoações as remessas que mandarem, e levar e trazer os passageiros que quizerem embarcar. E para que isto se faça com boa regularidade, se ponha um barco, com destino para um rio, e para cada rio seu, v.g. falando da cidade do Pará, onde pelo seu muito povo, são mais necessários os mercados; os rios que tem mais vizinhos, e por onde os seus moradores têm as suas quintas, sítios, e herdades, são o rio Guamá, o rio Capim, o rio Moju, o estreito Iguarapé Merim, o rio Gibrié, e outros; para todos estes rios, e seus fazendeiros serem bem aquele rio, e do rio para a cidade; e para que todos os dias, e em todos os tempos possa haver sempre na cidade a

Esse traçado revela a encruzilhada de rios e a forma como esses cursos delimitavam geográfica – e politicamente – as regiões deste segmento da província do Pará. O curso de água privilegiado era, contudo o rio Guamá. Para esse rio confluíam os moradores de diversas localidades com suas mercadorias que se beneficiavam da facilidade das comunicações e de transporte em relação a Belém, escrevia Baena. Entretanto, apelava-se para o transporte regular como condição de desenvolvimento das vilas de brancos.

Demografia colonial dos rios Acará, Capim, Guamá e Moju

A demografia do período colonial é um tema pouco abordado na historiografia. Não se trata de falta de documentos, pois na metade do século XVIII já se tem conhecimento de "cinco recenseamentos gerais: 73; 78; 83; 89 e 97, enquanto algumas freguesias tornaram-se objeto de registros especiais, como Macapá" (Kelly apud Veloso; 1998: 07).

Esta lacuna é mais acentuada em relação às unidades menores como os denominados lugares Índios, pois apesar de termos diversas listas, a Historiografia não deu conta de explicar os processos demográficos mais gerais como distribuição por sexo, idade, crescimento e mortalidade.

Neste capítulo organizamos os dados demográficos das Vilas de Moju, Guamá e Acará. Essas freguesias que se destacam, segundo o Padre João Daniel, por ser as *mais povoadas do Estado do Pará* e atribuiu esse adensamento ao fato de estarem mais próximos da cidade (apud Acevedo, 1998).

A demografia Histórica é fundamental para aprofundarmos o nosso conhecimento acerca do desenvolvimento da população de um país, estado, cidade e/ou localidade. Este campo do conhecimento descreve, como menciona Thomas H. Hollingsworth:

o progresso da população, em alguns aspectos, calculando mudanças através dos nascimentos, mortes e migrações, que por sua vez, serão discutidos em termos de fatores explicativos, tais como a idade ao casar, as medidas de saúde pública, o crescimento de cidades e assim por diante. Diferenças regionais podem ser discutidas e a significância das mudanças na população pode ser considerada em suas interações com a política ou a economia. O conjunto poderá ser considerado como uma parte da História, fazendo um relato do que ocorreu, como ocorreu e sugerindo por que ocorreu.¹⁰

Esta segunda parte da definição sintetiza melhor a importância dessa incursão na história. A partir da segunda metade do século XVIII a colonização Portuguesa implantou um modelo de ocupação intensificando a migração de colonos e realizando combinações de força de trabalho indígena com a do escravo africano. É o caso do incentivo para a entrada de colonos de Açores e de Mazagão na África que se concentravam na Amazônia Oriental. A população nativa sofreu intensamente o impacto desse projeto colonial. Um exemplo disso foram os surtos de epidemias deflagrados nos povoados da região Amazônica, que segundo Ciro Flamarion Cardoso (1984), significou um "fator de discriminação

¹⁰ Hollingsworth, Thomas H. "Uma conceituação de Demografia Histórica e as diferentes fontes utilizadas em seu estudo".IN: Marcílio, Maria Luíza (org.).*Demografia Histórica*.Ed. Novos Ubrais. São Paulo, 1970.pp23-41

violenta da população em especial a indígena. Elas se somam as perdas desses grupos em combate, descimentos"¹¹.

Já no primeiro século da ocupação portuguesa registraram-se dados de quedas brutais, em especial na várzea, nas terras povoadas por diversas tribos. No espaço amazônico será operada uma reorganização do trabalho e da população nativa, sobretudo indígena e negra. Esse fato ocorrerá principalmente a partir da implementação do Diretório dos Índios (1755). Assim, com esta legislação, os antigos aldeamentos que estavam sob controle dos religiosos desaparecem e se inicia uma nova fase de mobilização dos trabalhadores, desta vez responsável pelo esvaziamento de algumas localidades e pelo crescimento de novas vilas.

Dessas vilas, as quatro mais povoadas do Estado eram as freguesias do Mojú, Acará, Guamá e Capim, relativamente próximas da capital experimentaram mais rapidamente a distribuição de terras, a destinação para agricultura e receberam o maior grupo de escravos.

O rio Mojú, segundo Veloso, "*contava em suas terras, vários engenhos e sítios até a distancia de oitenta léguas. O rio Guajará possui terras baixas propicias a lavoura de cana, o que permitiu o estabelecimento de dezenas de engenhos de açúcar e aguardente. No rio Capim também se estabeleceram sítios e engenhos*"¹². Enquanto que o rio Acará caracterizava-se como uma área com grande número de fazendas, engenhos e sítios no século XVIII e parte do XIX.

A cidade de Belém neste período apresentava-se nas suas redondezas, até a boca da barra, muitos elementos novos como, as Rocinhas e Olarias, como a situada abaixo do reduto São José. A Rocinha da Viúva pertenceu ao desembargador Pombo, a fazenda Nossa Senhora do Livramento, na ponta do Pinheiro (Ponta do Mel); pertenceu à corporação de Santa Elias e outras.

¹¹ Cardoso, Ciro Flamarion. *Sociedades em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750 à 1817)*. Rio de Janeiro. Ed. Graal, 1984.

¹² Veloso, Euda Cristina Alencar. "*Estruturas de apropriação de riqueza em Belém do Grão-Pará, através do recenseamento de 1778*". IN: Acevedo, Rosa E. Marin (org.). *A escrita da História paraense*. Belém: NAEA/UFGPA, 1998.

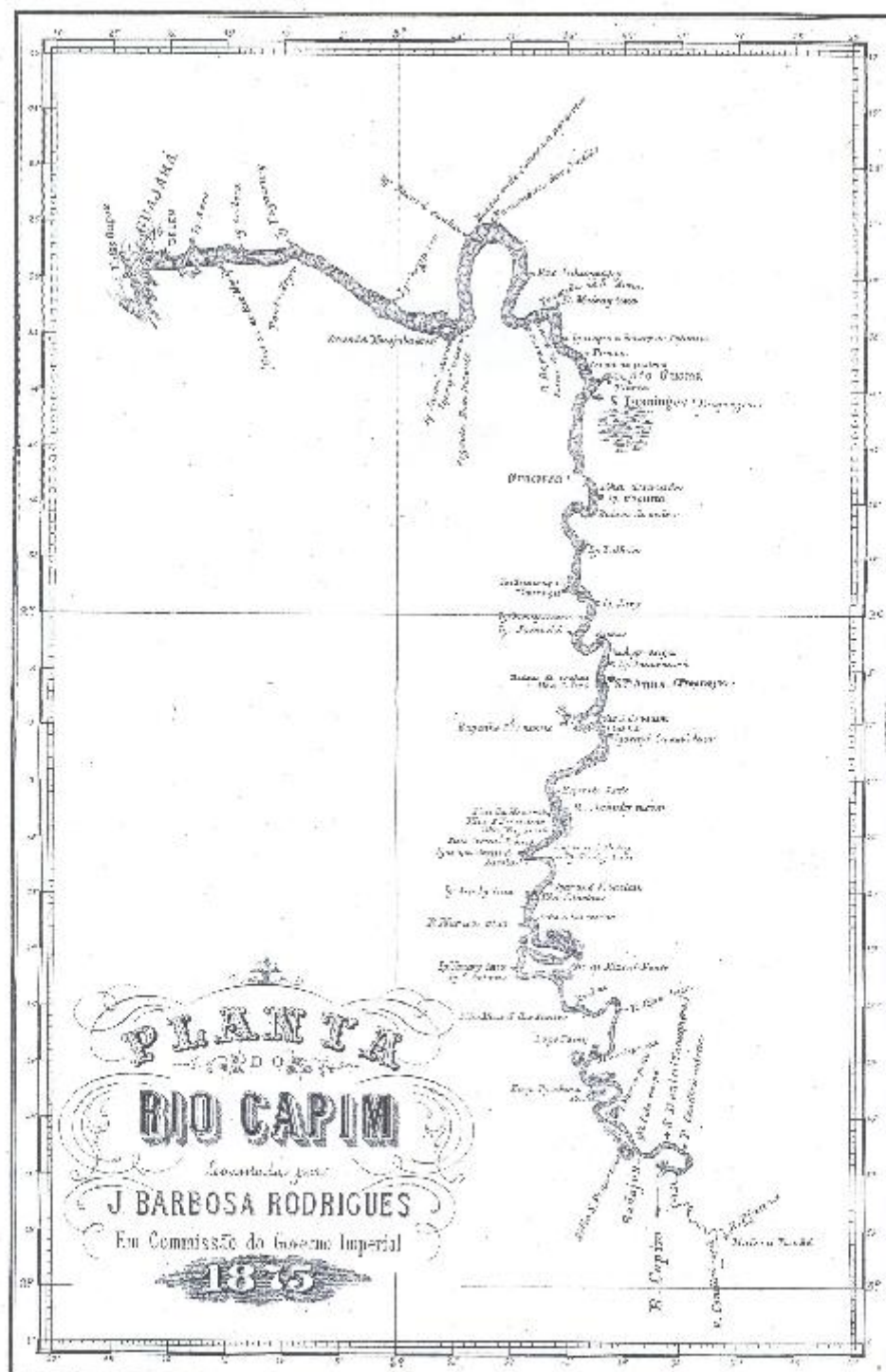


Figura 4. Mapa do Capim. Barbosa Rodrigues

Próxima a Belém se organizou a região agrícola mais importante do Estado Grão-Pará formada nas redondezas dos rios Guamá, Mojú, Capim e até mesmo o próprio Acará¹³. Esse mundo agrário era basicamente dependente do trabalho de pequenos, sitiantes médios sesmeiros, mas principalmente de um considerável número de arrendatários, agregados e também de escravos. Sendo cenário de revoltas e formação de quilombos na região.

Em análise do recenseamento de 1778, Euda Veloso caracteriza a região de Belém por um adensamento populacional, pois só neste ano existem 10.474 habitantes na cidade. Desse total, a freguesia da Sé (criada em 1758, no governo de Mendonça Furtado) e suas paróquias rurais (Acará, Enhangapi, Guarajá, Jandia Hy, Caraparu, Jacaré Guarã), totalizaram um número de 5.623 habitantes. Outro dado importante de ser registrado é o fato de 80% do total de habitantes de Belém estar "constituído de recenseados classificados como pobres, em oposição, 1,5% era constituído de ricos". Nesse sentido pode-se refletir como sugere Ana Renata do Rosário de Lima, que famílias camponesas pobres vivenciaram uma disputa crescente pelas melhores terras devido à proximidade com o mercado da Capital. Com base em dados de Marin esta autora analisa na sua dissertação de mestrado que a freguesia de São José do Acará, em 1823 possuíam 1.437 escravos (48,3%) de uma população total de 2.976 pessoas.

Desse modo, percebe-se que o estudo sobre os dados demográficos é de suma importância, principalmente no que concerne o conjunto de povoados deste primeiro círculo de agricultura o qual demonstrou um dinamismo populacional particular que está vinculado ao sistema de distribuição de terras e de trabalhadores diretos (escravos de origem africana, indígenas e colonos pobres) e não menos influente as estruturas controladas por negociantes e regatões. Esse tipo de análise ajuda a entender as diversas relações étnicas, econômicas e políticas existentes e o conjunto de revoltas sociais em que estiveram envolvidos esses grupos sociais. As revoltas de escravos, camponeses pobres, índios, soldados desertores e a formação de quilombos constituem parte das ações desses sujeitos históricos, com maior destaque durante a Cabanagem.

Esse círculo de povoamento em torno de Belém, em meados do século XVIII e parte do século XIX, mostrou um intenso movimento populacional que pode ser atribuído não só por serem áreas mais próximas da cidade, com já foi discutido, mas também pela desigual distribuição de terras nessas localidades, provocando uma situação de pressão demográfica, ou seja "mais camponeses, menos terra" (Lima; 2002: 27).

Com base nos dados apresentados por Dias para 1765, o recenseamento de 1778 e os dados de Baena (1823) se pode examinar a região de Belém e acompanhar a sua dinâmica demográfica, quer dizer conferir o comportamento populacional das freguesias rurais de Acará e Mojú. É necessário frisar que as dinâmicas demográficas destas duas freguesias são semelhantes.

¹³ LIMA, Ana Renata Rosário de. *Revoltas Camponesas no vale do Acará-Grão-Pará (1822-1840)*. Belém, 2002. (Tese de mestrado apresentado ao curso internacional de Mestrado, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-NAEA/UFGPA).

Conforme o recenseamento de 1778 a Freguesia de São José do Rio Acará já se destacava pelo seu número de cabeças de família. Detinha 38 cabeças de família: 33 do sexo masculino e 5 do feminino, mais mulheres, filhos, agregados, as pessoas a soldadas e os escravos totalizavam 1017 habitantes, discriminados na tabela 1, de acordo com a divisão etária (adultos e menores) e o sexo.

Acevedo Marin em seu estudo sobre comunidade negras rurais no Baixo Acará¹⁴ analisa os dados da tabela acima percebendo que o dado significativo é o número de escravos que representa 56% do total da população. Já entre os escravos a razão de masculinidade é de 1,7 homem para cada mulher. A autora volta atenção ainda para o número de pessoas a soldadas -210- que se somavam como força de trabalho sob domínio de um grupo das cabeças de família.

Nesse estudo Acevedo Marin faz a distinção dos indivíduos que formam o conjunto de cabeças de famílias da localidade que eram: "senhores de engenho, 40 lavradores, quatro carpinteiros um mercador um sacristão e um caldeireiro". Outro critério de distinção dessa população utilizado pela Historiadora foi à chamada "qualidade" no que concerne aos brancos, mulatos, cafuzos, mamelucos e índios. Através de indícios sobre o emprego e referente à posição da hierarquia militar-de-soldado encontra-se outra diferenciação entre aquele que era mestre de campo ou religioso, na freguesia só havia um vigário. Os "mercadores" destacam-se neste período em Belém e foram os mais envolvidos e responsáveis por condições de mudança e de evolução dessa sociedade agrária.

Desse modo podemos perceber que a região do Acará é ocupada por fazendas, engenhos e sítios, os quais necessitam de certa estrutura, e que estabeleceram uma relação de mercado com a cidade. Destaca-se como uma área de forte concentração populacional, principalmente de escravos, como é mostrado na tabela 2. Nesta tabela verifica-se que o Acará representava 48% da população escrava, o que nos dá idéia do projeto econômico, como bem disse Acevedo Marin, movimentado sobre essa força de trabalho.

No século XVIII o mundo rural desta região, aqui definida como primeiro círculo de agricultura formado a partir de Belém é descrito de forma grandiosa pelo padre João Daniel. Segue então a descrição deste do rio Mojú que pode ser refletido, também, como cenário dos rios Acará, Capim, Guamá e ainda o Tocantins:

Estão estes sítios, que mais merecem o nome de boas, e grandes quintas, sobre as margens dos rios: porque para o centro só há vivendas de bichos e feras. Esmeram-se porém tanto nas suas moradias os donos destas quintas ou sítios, que fazem ua muito alegre perspectiva aos navegantes; e com mais razão se podem chamar grandes, soberbos e magníficos palácios, do que casas de campo: e em muitos tem os seus moradores boa capela, e igrejas, ainda que só em algum mais cômodo acodem os moradores daquele rio como a freguesia onde sempre assiste o seu pároco. E posto que alguns moradores tem tantos escravos, ou fâmulos, que podiam constituir uma pequena vila, contudo em nenhum destes rios há vila alguma formal..."(Acevedo Marin, 1999: 65-66).

¹⁴ Acevedo Marin, Rosa Elizabeth. *Ocupação e Topologia no território "negro" no Baixo Acará*. Belém-Pará, 1999. Trabalho apresentado como relatório final da pesquisa do Projeto de Mapeamento de Comunidades Rurais no Pará: Ocupação do território e uso de recursos, descendência e modo de vida.

E segundo Acevedo Marin esta paisagem de sítios e quintas continuou por um longo tempo sendo hegemônica sobre um componente urbano. Além disso, a freguesia se destacaria, ainda, pelo seu grande número de escravos (ver tabela 2), representando 54,7% da população total.

Conforme o Mapa das Famílias do Capim (abaixo) foram recenseadas 757 pessoas, incluindo os “assoldados” que somaram 102 pessoas. As categorias deste recenseamento eram os dependentes do cabeça de família (mulher, filhos e agregados) que atingiam 237 pessoas; os “assoldados” (indígenas, na maioria, que estariam recebendo soldos) e os escravos classificados segundo sexo e idade e que totalizaram 418 indivíduos.

Figura 5. Tabela: Membros de famílias-e escravos por sexo e idade Freguesia do Capim/1778

Cabeça de família Sexo/idade	Total	Dependentes (mulher/filhos/agregados)				Escravos				Total
		Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		
		Adulto	Menor	Adulto	Menor	Adulto	Menor	Adulto	Menor	
Masculino	36									
Feminino	10									
Total	46	30	46	83	32	158	58	144	58	655

Fonte: Mappa das Famílias das Capitâneas do Estado do Grão-Pará – 1778. (CD organizado por Euda Alencar Veloso e Rosa E. Acevedo Marin). Belém-Pará, 2006. (ISBN 978-86=86037-22-1).

O documento original que permitiu a elaboração desta tabela é transcrito na íntegra. Este material deverá ser objeto de novas análises, sobre as categorias lavradores, que estavam inseridos na economia da cana de açúcar.

Freguesia de Santa Anna do Rio Capim						Mulher, filhos e paren		
Nome dos cabeças de família	Situações	Qualidade	Estado	Emprego	Ofício	Macho	Adul.	Fêm
						Men.	Men.	Men.
D. Margarida?	Itaqui	Branca	Viúva	—	Lavradora	—	1	—
Timothio Filipe	Castanhal	Branco	Casado	—	Lavrador	2	1	1
Joaquim Aleixo	Santa Cruz	Branco	Casado	—	Lavrador	—	—	—
Maria Corrêa	Sítio do?	Branca	Solteira	—	Lavradora	2	—	—
José de Almeida	Abial	Branco	Casado	—	Lavrador	2	1	1
Gonçallo José da Costa (freguesia da Cidade)	Japerubú	Branco	Casado	Alferes Auxiliar	Senhor de Engenho	2	2	—
Antonio de Souza	Paraizo	Branco	Casado	—	Lavrador	1	—	—
Agapito da Juna	Paraçauarú	Branco	Casado	Alferes Auxiliar	Lavrador	—	—	1
Domingos Maciel	São José	Branco	Casado	—	Lavrador	4	—	2
João Maciel	Nazareth	Branco	Viúvo	—	Lavrador	1	—	1
Agostinho da Costa	Tatuatuba	Branco	Casado	—	Lavrador	—	1	—
Januaria de Souza	Taperinha	Branca	Viúva	—	Lavradora	1	—	2
Andre Miguel Ayre (freguesia da Cidade)	N. S. da Penha de França	Branco	Casado	Mestre de Campo	Senhor de Engenho	—	—	1
D. Lourença Justiniana	São Sebastião	Branca	Viúva	—	Senhora de Engenho	2	—	3
Bernarda de Braga	Sinaterria (?)	Branca	Viúva	—	Lavradora	1	2	1
Francisco Antonio	Rozário	Branco	Casado	—	Marceneiro	1	1	—
Luiza de Braga	Benfica	Branca	Viúva	—	Lavradora	2	—	—
Manoel Dias	Santo Antonio das Almas	Branco	Casado	—	Lavrador	1	—	1
Manoel Antonio	Santa Anna	Branco	Solteiro	—	Lavrador	1	2	—
Rozaura de Braga	Boa Vista	Branca	Solteira	—	Lavrador	—	—	—
João Pereira	Suiri	Branco	Casado	—	Sapateiro	3	4	2
André Antonio	Craveiro	Branco	Casado	—	Lavrador	3	2	—
Silvestre José	São João	Branco	Casado	—	Carpinteiro	—	3	1
José Tavares	Burajuba	Branco	Casado	—	Lavrador	—	—	1
Theodoro de Oliveira	Santa Maria	Branco	Casado	—	Lavrador	—	1	—
Paulo da Silva	Castanhal	Branco	Casado	—	Lavrador	1	1	2
D. Anna Tereza	Bixituba	Branca	Solteira	—	Lavradora	—	—	—
Alberto Alves	Ribanceira	Branco	Casado	—	Lavrador	—	2	—
João Paes	São José	Branco	Casado	—	Lavrador	—	—	1
Antonio Freire	Alecrim	Branco	Casado	—	Lavrador	1	—	—
Romão Lourenço	Padua	Branco	Casado	—	Lavrador	1	—	—
Athanazio Martins	Paciência	Branco	Casado	—	Lavrador	—	—	2
José da Silva	Outeiro	Branco	Casado	—	Lavrador	—	1	—
D. Gregoria de Melo	Caraatutuba	Branca	Viúva	—	Lavradora	—	—	1
Rozaura Ferreira	Benfica	Branca	Viúva	—	Lavradora	2	—	—
Joaquim Miz	Santa Cruz	Branco	Casado	—	Lavrador	2	—	1
Custódio Manoel	Maracaxi	Branco	Casado	—	Lavrador	1	—	1
João Geraldo	Larangeira	Branco	Casado	—	Lavrador	2	—	5
Lourenço Pereira	Alecrim	Branco	Casado	—	Lavrador	1	—	1

Manoel Angelo	São Vicente	Branco	Casado	—	Lavrador	4	3	3
João Carlos	São João	Branco	Casado	—	Lavrador	—	—	—
João Paxeco	São Braz	Branco	Casado	—	Lavrador	—	—	—
Silvestre Corrêa	São Bento	Branco	Casado	—	Lavrador	1	—	1
Domingos de Souza	Santa Anna	Branco	Clerigo Secular	Vigário	—	1	—	—
Raymundo de Souza (freguesia da Cidade)	Algodual	Branco	Clerigo Secular	Cura da Sé	—	—	—	—
Felix Gomes	Santa Anna	Branco	Casado	—	Sacristão	—	2	—

Outro dado significativo, que pode ser observado pela Tabela 3, é o intenso crescimento populacional das freguesias rurais que se teve no intervalo de 58 anos, entre os recenseamentos de 1765 e 1823, chegando quase aos 1000%. As freguesias do Mojú e Igarapé - Miri destacam-se como as populações que mais cresceram e as mais povoadas da região. Precisamente são áreas em que a cana -de-açúcar tornou-se o principal produto, onde seus engenhos e engenhocas dedicavam-se á fabricação de açúcar e aguardente, baseados no sistema de *plantation*.

Os lugares de índios, também, tiveram um significativo aumento populacional (ver tabela 4) nesse intervalo. Tornou-se reservatório de força de trabalho das Fábricas Reais de madeira, organizadas em meados do século XVIII, que abasteciam o Arsenal de Belém e exportavam parte importante do produto. Esses empreendimentos arregimentavam trabalhadores indígenas empregados na corte e retirada de madeira da floresta.

Figura 6: Tabela População da Província do Pará por Categoria-1823

Região de Belém	Total	Escravos	%Pop. Escrava
Paróquias urbanas			
Sé	5996	2942	49,3
Campina	6501	2773	42,7
Subtotal	12467	5715	45,8
Paróquias rurais			
S.Domingos da Boa Vista	1929	1047	54,3
Rio Capim	1655	663	40,1
Rio Bujaru	1714	915	53,4
Rio Acará	2976	1437	48,3
Rio Mojú	3157	1728	54,7
Igarapé-Miri	3573	1839	51,5
Abaeté	4064	1639	40,3
Barcarena	837	365	43,6
Bemfica	985	72	7,3
Subtotal	20890	9705	46,5
Lugares de Índios			
Conde	400		
Beja	886		
Subtotal	1286		
Total	34.643	15.420	

Fonte: Baena, Antônio Ladislau Monteiro (1839)

Figura 7. Tabela População das Paróquias Rurais "alredor" de Belém/1765-1823

Paróquias Rurais	1765	1823
São José do Rio Acará	552	2976
Mojú	208	3157
Capim	233	1655
Bujarú	292	1714
Igarapé-Miri	108	3573
Total	1393	13075

Fonte: Dias, Manuel Nunes (1970) e Baena, Antônio Ladislau M. (1839).

O crescimento da população nestas freguesias ou paróquias rurais entre 1765 a 1823 é notável. Nesta última tabela observa-se o crescimento expressivo em um intervalo de 58 anos, embora deva observar-se que este foi menor no Capim, Moju e Acará, comparando com as paróquias de Igarapé Mirim e Moju.

Figura 8. Tabela Lugares de Índios-População/1765-1823

Lugares de Índios	1765	1823
Conde	377	400
Beja	219	886
Total	596	1286

Fonte: Dias, Manuel Nunes (1970) e Baena, Antônio Ladislau M. (1839).

A partir dos estudos de Rosa E. Acevedo Marin, que as freguesias de Acará e Mojú destacavam-se como as mais povoadas do Estado do Grão-Pará nos séculos XVIII e XIX. Sendo que Mojú, bem como outras paróquias rurais (São Domingos de Boa Vista, Bujarú e Igarapé-Miri) despontavam pelo seu número significativo de escravos.

Figura 9. Tabela População de lugares situados na margem direita do rio Tocantins

Lugares	Moradores
São Domingos do Guamá	670
São Bento, no rio Capim	100
Sant'Ana, no rio Capim	585
Espírito Santo de Moju	2.000
São Miguel do Guamá	310
Santa Ana de Tarauaçu	800
Total	4.465

Fonte: Spix e Martius, 1961:

Essa parte oriental da província concentrava 34,6% dos escravos, segundo os dados organizados por Baena nas vésperas da Independência, e compreendia o conjunto das freguesias ou paróquias rurais.

Figura 10 Tabela Paróquias rurais da comarca da Capital, em torno de 1823

Paróquia	Total	Moradores	Escravos	% pop. Escrava
São Domingos da Boa Vista	1929	882	1047	54,3
Rio Capim	1655		663	40,1
Rio Bujaru	1714		915	53,4
Rio Acará	2976		1437	48,3
Rio Mojú	3157		1728	54,7
Igarapé Miri	3573		1839	51,5
Abaeté	4064		1639	40,3

Fonte: Baena, Antonio Ladislau Monteiro. Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará, 2004.

Segundo Baena (2004: 244) a freguesia de São Domingos da Boa Vista era favorecida na contagem dos moradores aparecendo com mais do que realmente tinha pois os paroquianos dos igarapés Jurujaia¹⁵, Jabuticacá e Jacundaí se desobrigavam da quaresma naquela freguesia que lhes resultava mais perto.

A constituição de um mundo rural nessas áreas foi extremamente marcado por fazendas e fazendolas, concentradas em mãos de proprietários ausentes, ou seja, geralmente moradores em Belém e plantadores de cana, como foi bem observado pela historiadora Ana Renata de Lima, que tiveram sua economia baseada, especialmente, na agricultura e extrativismo. A força de trabalho desse mundo agrário era constituída basicamente pelos pequenos sitiantes, médios sesmeiros, mas, sobretudo contava com a participação massiva de arrendatários, agregados e escravos. Além da formação de quilombos e da relativa concentração de terras nessa região, conhecida hoje como Zona Guajarina.

Essas análises sobre a dinâmica populacional do primeiro círculo de agricultura "alredor" de Belém permite avançar interpretações, no que diz respeito às transferências e circularidade da população, pois havia diversas situações de mobilidades dos trabalhadores impostas pelas reformas pombalinas e a organização de aldeamento do regime do Diretório (1755), o que levará por legitimar o trabalho compulsório nessas freguesias rurais. E com a extinção em 1798 do Diretório ocorrerá uma redistribuição espacial. Todavia as formas de trabalho compulsório que este legitimou continuaram a vigorar na sociedade amazônica pós-colonial, inserindo camponeses, índios e escravos negros em relações étnicas pautadas pelas desigualdades e exclusão próprias dos sistemas de estratificação da sociedade colonial e neo-colonial.

As sesmarias doadas: quantum das riquezas naturais

João Daniel foi contemporâneo do procedimento administrativo e burocrático que fez das concessões de terras uma exclusividade dos europeus, portanto, a constituição de um grupo social que usufruía desse privilégio:

“Quando algum europeu, ou seja, novato, ou já lá nascido... quer situar-se naquelas terras, se são vizinhas de povoações de brancos, fazem petição ao

¹⁵ Como já foi mencionado esse igarapé é um afluente esquerdo do rio Guamá e constituía um dos limites do município em 1833.

magistrado, pedindo tantas léguas de terra, que ordinariamente não passam de três por frente, ou menos conforme a extensão de terras, que devolutas, ou conforme as posses, que tem para as poder povoar; o que o magistrado facilmente despacha, e concede: longe porem de povoado, se fazem estas petições aos governos, que também facilmente concedem por uma Portaria a que chamam Carta de Data, ou doação de uma, ou duas, ou três leguas em frente, dos rios junto aos quaes se formam sempre estes sítios pelas conveniências que já disse, e ara o centro ordinariamente ou muitas vezes lês poe limtie, mais lhes concedem ampla faculdade para se estenderem, e cultivarem quanto quizerem e poderem. E como as terras são dos índios, e passam por estas Cartas de Data a possessão dos brancos, lhes Poe sempre esta clausula – não prejudicando a seus naturaes – além de não se concederem no circuito das missões dos índios por espaço de duas léguas, para que os índios tenham terras livres para os seus sítios” (Pe. João Daniel, 1976: v. II, p. 10).

As Cartas de Sesmaria ou Carta de Data e Sesmaria constitui um documento legal que pode ser objeto de leitura etnográfica¹⁶ obedecendo a uma decomposição e sistematização de informações que se apresentam esquematizadas e rotineiras. Entende-se que essa leitura permita interpretar um discurso datado sobre o local, a natureza e a paisagem, sobre os recursos e seus usos, sobre as formas jurídicas e suas múltiplas adaptações. Um discurso que revela a geografia e a ecologia com os limites que um documento produzido para demarcar uma concessão e seus elementos que ficam ditos nas suas linhas e entrelinhas. Essas peças são empregadas para definir, quase exclusivamente, os agentes beneficiados e as assimetrias da distribuição da terra que é facultado por essa concessão.

Outras perguntas podem ser feitas á carta de sesmaria: Que recursos e situações de uma natureza a ser transformada tornam-se conhecidas no discurso da carta de sesmaria? Que visões de natureza estão orientando os homens da época? Que técnicas de transformação da natureza começam a expandir-se? Como se fala dos limites tecnológicos e preocupações da intervenção sobre os ecossistemas? Quem esta identificando e nomeando os elementos da natureza que estão sendo descobertos? Que dificuldades e conflitos surgiram? Desta forma, o discurso da carta de sesmaria é colocado em dialogo dinâmico com diversos questionamentos que surgem de uma leitura detalhista.

As cartas de Datas para o rio Moju, Acará, Guamá e Capim como o conjunto dessa documentação encontram-se organizadas em 20 volumes, disponível no Arquivo Público do Estado do Pará¹⁷. Nesta fonte estão as transcrições dos pedidos de concessão, aprovação, confirmação ou anulação que existe nesse Arquivo. Entretanto é possível conferir outras que estão digitalizadas a partir de documentos cujos originais encontram-se no Arquivo Histórico Ultramarino e hoje disponíveis em CD-Rom e que correspondem as primeiras doações. No Catalogo de Sesmarias para a freguesia rural do Moju está identificada a primeira solicitada em 1723 e quase 40% das concessões ocorrem entre 1732 e 1737. Significa um processo acelerado de concessão de sesmarias e sua concentração nesse rio, algo

¹⁶ Copans sublinha o sentido atual da etnografia como uma “descrição dos fatos” (Copans, 1996:10). Contudo, novas conceituações

¹⁷ A organização do Catalogo de Sesmarias foi realizada por Arthur Vianna (1916). Em 2010 o ITERPA publicou o Catalogo de Sesmarias.

semelhante ocorreu nos rios Acará, Capim e Guamá o que compreende a região de destinação agrícola do Estado do Grão-Pará.

Como destacou o pe. João Daniel esse procedimento burocrático e legal começa pelo Requerimento dirigido ao Rei solicitando a carta de concessão e, cumprido o prazo solicitar-se-ia a confirmação. O Requerimento é um documento breve no qual o requerente faz sua solicitação justificando os o pedido. A Carta é resposta e se organiza em um esquema protocolar. O primeiro parágrafo da Carta apresenta a autoridade que realiza a concessão, em seguido torna publico o conteúdo do pedido do requerente: “Domingos de Araújo morador nesta cidade, e nella cazado, e vive de lavouras, e não tem para isso terras próprias, e como no rio Moju, Igarapé Jambuassu acima se acha uma sorte de terras devolutas, se lhe deve conceder uma légua de cumprido... A apresentação da área, desta légua de terras, vem indicando detalhes geográficos. Uma última parte estabelece as normas que devem ser respeitadas: respeitar os paus Reais que nela houver para Embarcações, cultivará a terra, dará caminhos públicos e particulares aonde forem necessários para pontes, fontes, portos e pedreiras. Outra norma era estabelecida relativa a não suceder nela religiões e sobre o usufruto por seus herdeiros, descendentes e ascendentes (*ao dito Domingos de Araújo, para ele e todos seus herdeiros ascendentes e descendentes como coisa própria*). A carta devia ser confirmada no prazo de três anos e era sujeita a devolução.

Cardoso informa que a primeira doação de sesmaria ocorreu em 1624 e foi concedida a Balthasar de Fontes e sua mulher, no rio Guajará, parte dos sesmeiros iniciaram os primeiros engenhos (Cardoso: 1984; 96). O procedimento para a leitura das cartas de sesmarias que foram concedidas e se situavam às margens dos rios Moju, Capim, Guamá e Acará e igarapés afluentes ou ilhas busca construir momentos da ocupação colonial. A esses documentos formulamos quatro perguntas: é possível identificar, mesmo que aproximadamente, quais foram os igarapés e rios que entraram na partilha de terra colonial e porque foram estes os escolhidos? Que forma de ocupação econômica transformou a natureza nesses espaços e em que ritmos? Existem traços dessa ocupação que permaneceram como marcas e que impactos produziram sobre fauna, flora, recursos hídricos, solos e, em especial, sobre os grupos sociais que entraram em relação durante esse processo de ocupação? Que balanço se teria dessas áreas, em uma comparação do século XVIII e metade do século XX?

Formação do domínio da terra: sesmarias, Engenhos e Fazendas

Em 1729 o rei de Portugal dirigia uma correspondência a Alexandre de Souza Freyre, governador e Capitão General do Estado do Maranhão na qual tratava sobre as expedições de coleta de cacau e do cravo que eram realizadas nas matas do rio Gurupi. Essa autoridade mencionava os conflitos entre os Padres da Companhia e os moradores pelo controle da força de trabalhadores dos indígenas e ressaltava as iniciativas de cultivo do cacau. Em algumas partes indicava sítios em que “já se contavam 7000 pés”, propriedade de Agostinho Gomes Domingues; “outros dizem completava o numero de trinta mil” e acrescentava que dessa forma poderia competir com o cacau de Caracas. Observava ainda que nos rios Guamá e no Capim estavam estabelecendo-se fazendas, havendo duas ou três pessoas, cada

uma com dezesete a trinta mil pés de cacau. Contudo, a dificuldade estava no transporte dessas “grandes safras”¹⁸.

A Carta é resposta e se organiza em um esquema protocolar. O primeiro parágrafo da Carta apresenta a autoridade que realiza a concessão, em seguida torna publico o conteúdo do pedido do requerente: “Domingos de Araújo morador nesta cidade, e nella cazado, e vive de lavouras, e não tem para isso terras próprias, e como no rio Moju, Igarapé Jambuassu acima se acha uma sorte de terras devolutas, se lhe deve conceder uma légua de cumprido... A apresentação da área, desta légua de terras, vem indicando detalhes geográficos. Uma última parte estabelece as normas que devem ser respeitadas: respeitar os paus Reais que nela houver para Embarcações, cultivará a terra, dará caminhos públicos e particulares aonde forem necessários para pontes, fontes, portos e pedreiras. Outra norma era estabelecida relativa a não suceder nela religiões e sobre o usufruto por seus herdeiros, descendentes e ascendentes (*ao dito Domingos de Araújo, para ele e todos seus herdeiros ascendentes e descendentes como coisa própria*). A carta devia ser confirmada no prazo de três anos e era sujeita a devolução.

O procedimento para a leitura das cartas de sesmarias que foram concedidas e se situavam às margens dos rios Moju, Capim, Guamá e Acará e igarapés afluentes ou ilhas busca construir momentos da ocupação colonial. A esses documentos formulamos quatro perguntas: é possível identificar, mesmo que aproximadamente, quais foram os igarapés e rios que entraram na partilha de terra colonial e porque foram estes os escolhidos? Que forma de ocupação econômica transformou a natureza nesses espaços e em que ritmos? Existem traços dessa ocupação que permaneceram como marcas e que impactos produziram sobre fauna, flora, recursos hídricos, solos e, em especial, sobre os grupos sociais que entraram em relação durante esse processo de ocupação? Que balanço se teria dessas áreas, em uma comparação do século XVIII e metade do século XX?

Nesse ponto é preciso situar uma preocupação que permanece até o presente: a validação desse documento, fonte de poder por instituir a legalidade do controle e apropriação da terra. Correlata a essa validação está o estabelecimento da cadeia dominial e a mensuração. A questão da mensuração e estabelecimento de marcos confiáveis foi preocupação dos administradores e dos beneficiados, em especial quando estava de por meio conflitos com confinante ou ambição de tomar conta de novas terras. No final do século XVIII o governador do Estado do Pará propõe a criação de uma Escola Pública e no regimento provisional tanto o governo civil como o eclesiástico podiam além de nomear professores para as “cadeiras dos estudos menores, ... a exigência de examinar o subsidio literário e o número e qualidade das Cadeiras”. Nesse ato foi criada a Cadeira de Aritmética, Geometria e Trigonometria que segundo Baena formaria...

bons Contadores e bons Medidores, a fim de que não se sinta a falta, que há de bons Contadores, e que as medidas das Sesmarias se fação com a necessária exação, além da utilidade que há em haver Geômetras e Topógrafos capazes de levantarem Planos, e até

¹⁸ Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Estado do Pará. Belém: Typ. e Encadernação do Instituto Lauro Sodré. 1905. Tomo IV. P. 60. 27/9/1729.

darem convenientes descrições dos territórios dos rios com a nota dos trabalhos que nos mesmos podem caber. (BAENA, 1969: p. 241).

O sentido dessa análise e da própria recomendação da carta do Governador é de formar técnicos para fazer o registro e reconhecimentos das sesmarias indicando esse perito os limites, portanto, as técnicas de controle do espaço e de uma cartografia do poder estão sendo desenvolvidas. Essa intervenção estava visando os ecossistemas pois solicita-se dos topógrafos as descrições dos territórios e essa informação devia passar para as autoridades, os primeiros a estabelecer seus domínios. Os pontos aqui situados situam-se em um referencial teórico que considera que a história articula-se sobre no duplo campo de relações: dos homens com a natureza e dos homens entre si.

Figura 11 Sesmarias do rio Moju e Capim

Localização de rios e igarapés	Referencias de uso e/ou cultivo	Quantia da área solicitada
Igarapé Caramurituba,	Sítio com lavouras e uma fazenda de cacau. Nas confrontações de um Engenho.	_ Uma sorte de terra _ ½ légua de comprido e uma de centro
Cabeceiras do Rio Moju	Cacual e outras lavouras dispondo de “bastante escravos” Sítio Tucumanduba	_ ¾ de léguas _ Uma légua de terra
Igarapé Jambuaçu, Rio Mojú	Para lavouras Sítio Garajubucú	Uma légua de terra de comprido com ½ de fundo
Igarapé Jambuaçu, Rio Mojú	Para lavouras Sítio Guarajubucú	Uma légua de comprido e ½ de meia de fundo ¹⁹
Igarapé Cabestro a direita do Rio Moju acima	Para lavouras Havia terras no “igarapé Cabestro agora dos Religiosos de Nossa Senhora do Carmo” “até os marcos de Hierônimo Vas Vieira”	½ légua de comprido e de fundo que houver devolutas
Igarapé Araguaia correndo para o igarapé é Cabresto direita, rio Mojú	Lavrar canas para a fábrica de um Engenho real de açúcar Terras de sítio que “vive a mais de oito anos”	½ légua de terra de comprido e meia de largura ¼ de légua
Rio Mocuruçá		
Rio Moju, acima	Engenho de fazer açúcar “para culturas de canoas e lenhas por não ter	Sobras de terras “mais ou menos” 1½ quarto de léguas

¹⁹ Esta e a anterior tratam-se de Concessão e Confirmação.

	outras serventias”	
Rio Moju, rio acima a esquerda	Para lavouras Terras iniciando nas do engenho de Amanigituba “correndo” para “terras de saguarais, fazenda” “dos padres da companhia”	600 braças de terra com uma légua de fundo
Igarapé Boroyuba, rio Moju	Para lavouras para o sustento de sua casa	Sobras de terras com uma légua de centro mais ou menos
Igarapé Guajayaúna, rio Moju	Lavouras de roças No igarapé a direita, se encontrava Tapera ou Sítio denominado Sumaúma”	Uma légua em quadra
Igarapé Itamanhucas, no igarapé Merim, rio Moju	Lavouras para sustento da família Sítio	Légua de terra
Igarapé Embú-açu a esquerda “rio acima”, rio Moju	Para lavouras	½ légua de terra de comprido e ¼ de centro
Igarapé Jambuaçu	Para lavouras	Uma légua de comprido e ½ de centro
Cabeceiras do rio Mojú Marapatá Igarapé Limoeiro (em Cametá) para Cametá”, rio Moju	Sítio “nas cabeceiras do Mojú” plantio de mandioca Sítio “em Marapatá” com plantio de canas e um Engenho – morte de gado por haver muito morcegos. No Sítio do Mojú com poucas matas junto as casas, e com cacau Queria se mudar seu Engenho para o igarapé do Limoeiro, Capitania de Cametá, onde já tinha plantio de canas e mandioca	Duas léguas de terras de comprido com uma de centro
Rio Moju à esquerda	Para lavouras	Sobras de terra de “pouco mais de” 1½ légua
Igarapé Guajaraúna a esquerda, rio Moju	Terras para Sítio e platío de cacau e outras lavouras Área fronteira a um Sítio	Uma légua de comprido
Igarapé Obahá a direita, rio Moju	Para lavouras	Uma légua em quadra

Rio Moju, acima a esquerda	Para lavouras Já tinha “sítio com bastantes plantas de cacau e café”	Uma légua em quadra
Rio Mojú acima pela margem esquerda	Para lavoura, ”tendo servos”	Légua e meia de terra em quadra
Rio Jambuaçu (Moju) a margem esquerda	Para “roça ou lavoura de que se possa ajudar e manter, tendo alguns servos”	Duas léguas
Rio Baã (Moju) e igarapé Pitínga que corta a parte esquerda do rio Mojú	Tinha “servos bastantes para poder cultivar suas lavouras dos gêneros da terra”	Duas léguas de terra à direita E uma légua em quadra à esquerda
Rio Moju a direita	Tinha “servos bastantes com que podia tratar de cultivar lavouras” Havia terras iniciando na tapera dos Muritizeiros na qual “se acha uma sumaumeira grande com todas as pontas, abras e enseadas do dito rio:”	Duas léguas de terras em quadra
Rio Moju a parte esquerda	Tinha “servos para fabricar suas lavouras” Havia terras “começando dos marcos do Tenente Coronel Belchior Mendes para baixo, as quais começam da tapera dos Angelins”	Duas léguas de terras em quadra
Igarapé “mertim merim”, rio Jambuaçu (Moju)	Para cultivar lavouras	Duas léguas uma para cada banda e ½ de centro
Rio Moju acima a direita	Havia terras iniciando “do porto chamado Caranaduba”	Duas léguas de comprido e uma de fundo
Do rio Mojú para o rio Acará mirim	Para lavouras para sustento da família “por ser o rio Mojú cercado de alagadiços e ter em partes formigueiros (...) lhe era necessário uma légua de terra pelo rio Acará miri”	Uma légua
Igarapé Jambuaçu, a esquerda rio Moju	Para lavrar	Uma légua de comprido e ½ de centro
Igarapé Guajaraúna esquerda, rio Moju	Para Sítio, plantio de cacau e outras lavouras Havia terras iniciando a demarcação de um braço do igarapé Guajaraúna “que fica fronteira ao porto	Uma légua de comprido e ½ de centro

	do sítio de Mario Nunes Colares”	
Rio Moju a parte esquerda	Tinha “servos para fabricar suas lavouras” Havia terras iniciando “dos marcos do tenente coronel Belchior Mendes de Moraes para baixo, as quais começam da tapera dos Angelins”	Duas léguas em quadra
Rio “Uacará-merim”	Rio Mojú alagadiços e ter em partes formigueiros	Uma légua em quadro ²⁰
Igarapé Mertim merim, rio Jambuaçu (Moju)	Para cultivar lavouras	Duas léguas de terra uma
Rio Moju a direita	Terras iniciando no “porto chamado Carananduba”	Duas léguas de comprimento e uma de fundo
Rio Moju a esquerda	Para “lavouras tendo servos” “terras devolutas”, iniciando “da tapera dos Angelins”	Conf. Uma légua e ½ em quadra
Igarapé Jambuaçu (Moju)	Para fazer culturas	Uma légua em quadro
Rio Moju a parte direita e esquerda	Para lavouras Sobras de terras próximos as de “D. Tereza e Antonio Dornellas e Souza, e (...) e Ignacio Cardoso, e o dito Antonio Dornelas”	Sobra de terra de cada parte do rio Moju
Rio Ivaraúahy, cabeceiras do rio Moju acima a esquerda	Para lavouras	Uma légua de frente e uma de fundo
Rio Moju –cabeceiras à esquerda	Para lavouras Tinha “possibilidade de escravos”	Uma légua de comprimento e uma de largo
Igarapé Jambuaçu (Moju)	Para lavouras Tinha “possibilidade de servos para poder fazer suas culturas”	Uma légua em quadra
Igarapé Sipotuba, Rio Moju a parte direita	Para cultivar e “sustentar sua família” Tinha roças “há 4 anos para dízimos e por se achar com possibilidades de escravos para continuar na mesma lavoura”	Uma légua de comprimento e meia de fundo
Igarapé do rio Jambuaçu	Pedia terras acima das “de Domingos Monteiro de	Uma légua em quadra

²⁰ Confirmação

(Moju)	Noronha”	
Rio Juaravay cabeceiras do rio Moju	Terras para lavrar	Uma légua de frente e ½ de fundos
Rio Moju a esquerda	Terras para suas lavouras, iniciando “dos marcos de seu avô, Manoel de Oliveira Pantoja”	Uma légua de comprimento ½ de fundo
Rio Moju a esquerda meio com igarapé Hyguaraguahy	Terras para lavouras	1½ légua de frente e uma de centro
Rio Moju à esquerda rio abaixo	Terras entre as de Raimundo de Alfaia e Sebastião Pestana no Rio Mojú, principiando de um Angelim caído	½ légua de frente e uma de fundo
Rio Moju à direita	Para “cultivar suas lavouras de tabacos e mais frutos da terra” Terras “entre os marcos de D.Thereza e Antonio Dorneles de Souza, e da parte esquerda entre os de Ignacio Cardoso e do dito Antonio Dorneles“	Sobras de terra com ½ légua de cada lado do rio
Igarapé Jambuacy (Moju)	Morava por três anos onde havia “uma tapera por nome Matari” e tinha “uma cultura de cacau” Umas das léguas iniciando a “demarcação da tapera Malhari”	Concede duas léguas de comprimento “com suas pontas e abras”
Rio Moju, a direita inicio no igarapé Varavay	Pede terras para lavouras, tinha “bastante escravos” para fazê-las Entre as “de Antonio Furtado de Vasconcelos, as quais hoje possui Leandro Gemaque (...) ate ao marco de Caetano José”	¾ quarto de léguas de comprimento e ¼ e ½ de largura
Rio Moju - cabeceiras	Pede terras devolutas para cultura de lavouras tinha “possibilidade de escravos	Uma légua de comprimento e ½ de largura
Rio Jambuaçu (Moju) parte esquerda e direita	Terras para lavouras Iniciando “dos marcos de Leandro Corrêa (...) e da parte esquerda (...) começando dos marcos de José Gonçalves para cima”	Duas léguas de frente e uma de fundo dividido entre as partes do rio
Igarapé Tracuatua, saído do igarapé Jambuaçu no rio Moju	Terras em ambas margens do Tracuatua Iniciando “uma da demarcação de Miguel da Costa, à mão direita, e outra à parte esquerda do marco do dito Domingos de Araujo;”	Duas léguas de frente para cada parte e “meia de fundo para cada uma”
Igarapé Iguaravai no rio	Para lavouras	Duas léguas de comprimento e

Moju	Havia terras devolutas iniciando “de uma tapera que fica acima do primeiro lago”	uma de fundos
Igarapé Jacundahy braço do igarapé Jambuaçu, rio Moju	Para lavouras Tinha “servos bastantes e possibilidades” para plantio de cacau e outras lavouras No “fundo das terras que foram de Dona Ignês do Couto”	Uma légua de frente e ½ de fundos
Igarapé Maria Calimbava, rio Moju	Para lavar	Uma légua de comprimento e meia de centros
Rio Moju à direita	Pede terra de “Varge” Iniciando ‘dos marcos das terras que foram de D.Tereza Maria de Vasconcelos e de os de Antonio Furtado de Vasconcelos”	Mais menos duas léguas de terras
Igarapé Igavaravay a esquerda do rio Moju	Para cultivar “tendo bastantes servos” Terras “princiando dos últimos marcos dos fundos das terras de Mateus Marques”	1 ½ légua de comprimento e uma de fundos
Rio Moju	Pede terras Já tinha instalado roças para o sustento da família	Uma légua de comprimento e ½ de fundos
Igarapé Vararay, Rio Moju acima à esquerda	Terras entre as “que foram de Antonio Furtado de Vasconcelos e hoje pertencem a Leandro Gemaque” com início no igarapé Vararay até o “marco de Antonio José”	Terras de ¾ de léguas de comprimento e quarto e meio de largura
Igarapé Tracuãtua, braço do igarapé Jambuaçu no rio Moju	Pede terras	Duas léguas de frente e meia de fundos
Igarapé Javindahy, braço do igarapé Jambuaçu, rio Moju	Para plantio de cacau e outras lavouras “possuía uma quantidade suficiente de servos para isso.” Terras iniciando “do fundo das terras que foram de Dona Ignês de Couto”	Uma légua de frente e ½ de fundos
Rio Moju à direita	Terras para lavouras iniciando “do marco das terras de Xavier Lobato.”	1½ légua de frente e ½ de fundos
Rio Cairary, acima a esquerda cabeceiras do rio Moju	Terras para lavouras	Duas léguas de frente e uma de fundos

Igarapé Tambay Mirim, a direita do rio Cairary no rio Moju	Terras de Campinas devolutas “apassentar os seus gados vacuns e cavalar.”	Quatro léguas de terra em quadro
Igarapé Cairaryia a direita no rio Moju	Para lavouras “tinha possibilidades suficientes par isso,”	Duas léguas de frente e uma de fundos
Igarapé Cairary, rio Moju	Terras devolutas para lavouras iniciando “dos marcos dos de Manoel Borges de Goes.”	Duas léguas de frente e uma de fundos
Igarapé Cairary a esquerda no rio Moju	Terras para lavouras iniciando “dos marcos de Manoel Correa de Oliveira”	Uma légua de frente e uma de centro
A esquerda do Cairary, braço do rio Moju (cabeceiras)	Terras de Campinas para “apassentar gado vacuum” e tinha “possibilidades para o fazer”	Terras de campinas
A esquerda do Coirary, braço do rio Moju	Terras de Campinas para apascentar “gado vacuum”	Duas léguas em quadra
Igarapé Guajarauna, no rio Mojú	Terras	Concessão de terras
À direita do Cairary, braço do rio Moju	Terras de “campinas para apassentar uma fazenda de gado vacu e cavalar.” “princiando do fim das terras concedidas ao ajudante das ordens Manoel Joaquim Pereira de Souza Feio”	Três léguas de terras em quadra
Rio Moju à esquerda	Para lavouras “« princiando do marco das terras” de “José Glz’ Chaves que foram do defunto Belchior Mendes de Moraes »”.	Duas léguas de frente e uma de fundos
À direita do igarapé do Guajará-una no rio Moju	Terras para ampliar lavouras e cultivar outras “princiadas nos marcos das de Pedro Jorge” Já cultivava mandioca e cana	¼ de légua de frente e uma légua de terras
Rio Moju a parte esquerda	Terras para culturas localizadas “entre os marcos das de Antonio de Freitas e Raimundo Glz’ Silva”	½ légua de frente e duas de fundos
Rio Moju à direita	Para lavouras, possuía o Capitão “escravatura suficiente”. “As terras principiam dos marcos de terra de Francisco Vaz”,	Duas léguas de frente e uma de fundos
Igarapé Arapari, rio Carnapijó no rio Moju	Para agricultura possuía “número de escravos e outras possibilidades” Pede a Ilha dos Patos no Rio Mojú. Principiava “abaixo da boca do igarapé Arapari, correndo rio	½ légua de comprimento

	abaixo, e entra pela boca do rio Carnapijó, finalizando quase em frente da ponta da ilha das Onças”.	
Igarapé Maraayanga (cabeceiras) no rio Moju	Para agricultura	Uma légua de frente e componentes fundos
Rio Moju –cabeceiras	Para “edificar um molinete de aguardente numa propriedade situada nas proximidades do rio Moju, distante do último engenho de açúcar.”	Edificação de molinete
Igarapé Jambuasû, rio Moju	Para lavouras a qual já “vive”	Uma légua de comprido e ½ de fundo
Rio Moju – cabeceiras a direita para cima	Tinha cacau, e outras lavouras E bastante escravos e pede mais terras no sítio Tocumanduba a abaixo “quinhentas braças”.	Uma légua
Igarapé no rio Moju a esquerda e Rio Guajará à esquerda	Possuía um “Engenho Real” de açúcar no sítio “Juquiri vassû,” Pegado “as terras de Francisco Lameira da Franca” Rio do Guajará, um sítio com uma fazenda de cacau No sítio Guajará rio abaixo à direita pelo certaó dentro, huá Legoa para as Rossarias para o sustento da gente.” Pedia terras “para a Lavoura do seu Engenho, outra para a Lavoura do cação”	¾ de léguas (rio Mojú) ¼ de légua ¼ no rio Guajará
Igarapé Jambuasû, rio Moju	Vivia de lavouras pede terras iniciando no sítio Gurajubuçu	Uma légua de comprido e ½ de fundo
Rio Moju	Possuía Fazenda Reedificou um Engenho de fazer açúcar e acabava de fazer “algumas Officinas adejuntas” ao Engenho	Engenho de açúcar em dificuldades
Rio Capim	Engenho “de moer canas e de descascar arroz” “Rio Capim, destrito daquela Capitania” sociedade e Insinuação de doação. “	Uma sorte de terra
Ilha de S. Miguel no Rio Capim	Casa estabelecida em Sítio	Solicita uso Molinete ou caldeira

Rio Capim	Fabrica de açúcar com poucos operários Engenho que no “anno passado mais avoltou” precisava de “hú lote de Prettos que bem caresso para hir Cuidar em nova safra”	Engenho e plantações em dificuldades por falta de escravos
Rio Capim	Engenho no Rio Capim construído em 1750 em “terras mais férteis próprias para fabricar asucar, [sempre] também impenhandome quanto pude naperfeição, e grandeza do mesmo Engenho tanto em Cofres, como na Estrutura de cazas, Fornalhas” No “serviço manual (...) grande numero de Escravos Índios.	Engenho de açúcar, plantações de canas na falta de braços
Rio Capim	Para lavouras “tendo possibilidade para o fazer” Terras entre as “do Mestre de Campo André Miguel Ayres, e o da fazenda dos Religiosos Carmelitas, (...) de fronte de huma Ilha chamada Capim – pucú; “	½ légua de terra de frente e ½ de fundos

A leitura deste quadro informando as sesmarias doadas na região dominada pelo rio Moju e pelo rio Capim facilmente leva a concluir sobre a expansão da lavoura sobre o primeiro rio, enquanto no Capim com dificuldade se estabeleciam os empreendimentos de cultivo de cana. A explicação era a “falta de braços” e a utilização no serviço manual de “grande número de Escravos Indios”.

Figura 12. Engenhos e senhores de engenho no Grão-Pará no século XVIII-XIX

Nome dos senhores de engenho	Nome dos engenhos	Localidade	Fabricava
João Valente Furtado de Mendonça e sua mulher Dona Tereza de Barros e Silva Pestana Franco.	Engenho Real do Acará	Rio Acará	Açúcar
Manoel de Moraes, pai do Coronel Hilário de Moraes Bitencourt	Engenho de Juassu	Rio Acará	Açúcar
?	Engenho do Itapicuru	Rio Acará	-----
Amândio José de Oliveira Pantoja	Engenho Tauçu	Rio Acará	Açúcar e aguardente
Primeiramente pertenceu a Antonio Jozé Ferreyra que após seu falecimento foi passado para seu filho Félix Ferreira Barreto	Engenho Real	Rio Acará	Açúcar e aguardente
Carlos Gemaque de Albuquerque	Engenho Real	Rio Acará	Açúcar
João Rodrigues de Castro dono de dois engenhos	Engenho de Nossa Senhora do Desterro e Engenho N. Senhora da Conceição	Rio Acará	Açúcar
Antônio Francisco Correia Caripuna	Fazenda e Engenho São Francisco	Abeté	-----
José Honorio Roberto Maués, Comendador da Ordem de Cristo	Fazenda e Engenho São	Abeté (ficava situado à margem	-----

	Francisco	direita do Rio Tucumanduba)	
Francisco de Melo Palheta	Engenho Palheta	Marajó (ficava no furo palheta	-----
Pertencente aos Frades Mercedário	Engenho Santana	Marajó (ficava na foz do Rio Arary	-----
André Miguel Aires	Engenho Real	Nas margens do Rio Capim	Açúcar
Silvestre José Lopes e sua mulher D. Luísa Caetana Martins	-----	Rio Capim	Açúcar e arroz
Sr. Calixto	Engenho São José	Rio Capim	Açúcar, cachaça e arroz
João de Moraes Bittencourt	Engenho do Carmelo	Cametá	Açúcar
Atualmente pertence aos Frades Xaverianos	Engenho do Cafezal	Baia de Carnapijó no furo do Cafezal	-----
Bento Martins Silva	Engenho Real	Moju	Açúcar
José Pacheco Serrão de Castro	Engenho São José	Moju	
Domingos Monteiro de Noronha, cavaleiro fidalgo da Ordem de Cristo e familiar do Santo Ofício	Engenho Itaboca	Moju	
D. Catarina da Costa, que doou aos jesuítas	Engenho Real de Ibirajuba	Moju	
Pertenceu primeiramente aos padres jesuíta, após a sua expulsão acabou nas mãos de Ambrósio Henriques da Silva Pombo. Nesse engenho estiveram hospedados em 1819, os cientistas Spix e Martius.	Engenho de Jaguarary	Moju	Açúcar, cachaça e arroz.
João Pedro de Oliveira Barros	Engenho Real Nossa Senhora da Anunciada de Mucajuba	Mocajuba	Açúcar, cacau e rossas de mandioca
Padre Caetano Eleutério de Bastos	-----	Guamá	Cacau, Café e outros gêneros
Rodrigues Martins	Engenho do Murucutu	Nas proximidades de Belém no Ig. Tucunduba indo até o Ig. Uriboça	-----

Fontes: Essa tabela foi montada com base nas seguintes fontes: Meneses (2000); Cruz (1963); Salles (1988); Documentos do Conselho Ultramarino de 1719–1800; Documentos organizados dos códices “Correspondência de Diversos com o Governo”, e “do Governo com a Metrópole”; e as narrativas e relatórios de viajantes que passaram pela Amazônia na segunda metade do século XVIII.

Quilombos de índios e de escravos africanos no vale do rio Capim

Gomes no exaustivo estudo sobre a escravidão na Amazônia elabora descrições historiográficas sobre a construção de uma malha de relações, trocas econômicas e sociais entre os fugitivos e os escravos, com grupos indígenas, negociantes, pequenos proprietários e eventualmente fazendeiros. Essa visão rompe com a idéia do isolamento, posto que “os mundos criados pelos quilombolas, acabam por afetar e modificar os mundos dos que permaneciam escravos e toda a sociedade envolvente” (GOMES, 2005, p. 30). Na discussão do historiador a “resistência” escrava é elaborada sob as visões

de “liberdade” e o que concebiam estes agentes históricos como escravidão. Nesse entendimento as visões cotidianas adquiriram conteúdos políticos sutis, mais profundos para suas vidas. As lutas cotidianas revelam a resistência em novas dimensões. As transformações históricas das experiências concretas de luta conduzem ao enfrentamento aberto contra os senhores, as insurreições, a formação de comunidades de fugitivos como os quilombos. Gomes assinala ainda as dimensões históricas diversas de variadas formas de protesto que “só podem ser classificadas no emaranhado dos significados adotados pelos seus agentes” (2005, p. 31)

As comunidades formadas por fugitivos ou quilombos caracterizam formas de protesto reivindicatório, geralmente, constituídos por escravos pertencentes a uma mesma localidade ou fazendas. Eles procuravam manterem-se refugiados nas terras do seu próprio senhor. Podiam durar meses ou anos. Contrário, a visão de isolamento, o quilombo se constroeu em uma teia de relações sociais e de poder.

Gomes (2005) apresenta a metáfora de “uma floresta de fugitivos” para compreender os meandros de como se organizaram e existiram essas comunidades no Grão-Pará. São vários os planos para elaborar essa descrição - os rios e igarapés se constituíram em um domínio espacial necessário para a experiência da fuga e as estratégias bem sucedidas dependiam desse conhecimento. Quando, mais frequentemente, ocorriam as fugas? Gomes elenca o “tempo de festa” como propício. Os quilombolas procuraram os lugares que facilitavam as trocas mercantis. As alianças e solidariedades entre vaqueiros escravos e quilombolas é citada pelo autor como particular ao universo da ilha de Marajó. E como se formaram algumas comunidades de fugitivos no rio Capim.

Os mocambos de negros na Amazonia Colonial entre 1734 e 1816 estão organizados na forma de quadro. Exceção do rio Moju, em todos os rios mencionados neste relatório cita-se um mocambo. Nesse período, as 74 ocorrências indicam uma geografia dispersa. Em 1772 foi notificada a existência de um mocambo de negros no Rio Capim.

A designação “mocambo de índio” encontrada na documentação define os grupos de índios que fugiam e formavam comunidades no interior da floresta. Desde 1752, Gomes (p. 65) confere expedições contra os mocambos de índios e entre os lugares citados está o rio Capim, em 1764. Os indígenas fugiam dos aldeamentos, das vilas e diretórios que foram estabelecidos na década de 1750. Também o faziam dos grandes empreendimentos coloniais (Fortaleza de Macapá, igrejas, serraria real) e das fazendas. As localidades estão referidas a outros povoados, lugares e conseguiam extrapolar as fronteiras coloniais.

No Rio Capim, na povoação de São Bento²¹ foi referida a situação dos indígenas adscritos ao Diretório que se levantaram contra as ordens de recolhimento do produto das suas roças. O documento em questão assinala que tinham sido recebido 190 alqueires e diante das ordens não sabia se levar presos os que se recusavam a entregar a farinha. Essa autoridade, na mesma data escreve para comunicar a fuga de escravos indígenas e a morte de quatro.

²¹ São Bento do Rio Capim foi chamada freguesia de “vara índia”. Semelhante a Penacova, Vila de Beja, Vila do Conde, Barcarena e São João (Tentogal).

Código: 318

Nº doc.: 29

p. 246

Illmo. E Exmo. Senhor

Exmo. Senhor o Redimento desta Roça q'. estou desmanchando, tem Repartido o Capitão Antonio dos santos, pello commum desta povoação, é despenca ir athezouraria Geral, é desta sorte se faz exzento das ordens de Va. Exa., é seus ministros e Directtor, e finalmente o q'. o Tenho Recebido da Roça são cento e noventa e hum Alqueire, pois como Va. Exa. Onadita tem mando Caztigar portanta q'. tem feito foi acauza de tirar os [seitos] ao Director porem Como estas dezordens são feitar Láao Campo não se Sabem senão no fim possa Liar o mandaria prezo aprezença de Va. Exa. Por ms. Anns. S. Bento Rio Capim 22 de Janeiro de 1776.

Joze Vieira Gomes.

Código: 318

Nº Doc.: 30

p.: 463

Illmo. E exmo. Senhor.

Exmo. Senhor vão os Indos q'. costuma dar esta Povoação para o Servisso e São ytres enadita vão seis porq'. Não tem apovoação Comq~em se Rendão pois os q'. há estavam fuzirão e não vierão para apovoação e tãobem morerão quatro dos q'. erão Capazes para o serviso e hé porq'. Não mando mais taõbem mando hua por são de tabatinga pois não me esqueço do q' Va. Exa. Ds. Gde. a Va. Exa. Por ms. Anns. S. Bento Rio Capim 22 de Janeiro de 1776.

Jozé Vieyra Gomes

Os nomes dos indígenas a disposição do Directorio do Lugar de São Bento do Rio Capim, em 1º de julho de 1778

Código: 318

Nº Doc.: 81

p.: 600

Relação dos Officiaism, e todos os mais Índios de 13 a 60 annos de idade Capazes de serviço, que Existem na Freguesia de S. Anna do Lugar de São Bento do Rio Capim em 1º de Julho de 1778

O Sargto. Mor. // Francisco Nunes// Na Povoação

O Cappitão..// Manoel Gomes// Na Dita

O Cappitão..// Antonio dos Santos// Na Dita

Índios Capazes de Serviço

1...// Luciano de Abreu.....

2...// joze Alves No serivço Real da Ri

3...// Faustino de a..... Ribanceira da Cidade

4...// Antonio Joze Por despacho de 4 de Junho

5...// Vicente Ferreira de 1774

6...// João da Silva

7...// Jacob Alves.....

8...// Duarte Gomes.....

9...// Amaro da Gama.....

No serviço do Capitão João

Henriques por Despacho de

7 de Fevrº de 1778.

No serviço do Reverendo

vigário da Fregª. De S.

Anna deste Rio por Despa-

cho de 9 de Abril de 1774

10...// Athanzio Aranha }

11...// André Cursino.....	Pescadores do Reverendo
12...// Jerônimo da Silva.....	Vigário

13...// João da Costa	} Pescadores do Diretor
14...// Domingos de Barros	
15...// Balthazar da Silva.....	

16...// Manoel Brás	Existentes na Povoação
17...// Lazaro Fernandes.....	

RESUMO

Officiais	// 3
Índios no Serviço real.....	// 6
Ditos no Serviço dos Moradores.....	// 3
Ditos Pescadores do Vigário e do diretor.....	// 6
Ditos Existentez na Povoação.....	// <u>2</u>
	20

Dos mesmoz Referidoz Índios Acrescerão de novo desde a Remessa da Antecedente Relação oz seguintes.....//

1...// Manoel BrasN16.....	//	} Por seterem Recolhido em Virtude de hú Dezpacho de 13 de Novembro de 1776 a Comp ^a . De [esquadra] Manoel Gomes Capp ^a m deste lugar.
2...// Lazaro Fernandes ..N17.....	..//	
2		

Falecidos

1...// Joaquim Silvestre.....	//	} Falecidos
2...// André do Gama	//	
2		

1...// Manuel [ilegível].....	//	} Auzentez
2...// Theodozio da Costa.....	//	
3...// Ângelo Manoel.....	//	
4...// Diogo Alves.....	//	

Os Índios N7 e 8 seachão Recolhidoz a Povoação, e Pagoz do seu trabalho.

O diretor Rodrigo Pereira [ilegível]

Uma nova fuga de indígenas foi comunicada às autoridades em 1778, em fevereiro, Martinho de Souza Albuquerque comunica ao diretor do Lugar de São Bento do Capim de que os quatro índios que o dito diretor remeteu para o serviço da Ribeira fugirão na mesma hora que chegaram, e pede que, quando forem apresentados que remeta-os à esta cidade, para passarem às calcetas²².

²² **Fonte:** APEP, Códice: 445 (Atual), 609 (antiga), 1787-1788, Correspondência de Governadores com Diversos.

Revoltas cotidianas de escravos e indígenas foram noticiadas no rio Capim. Em 1774 um indígena de Eugenio Alvarez pediu auxilio ao Juis do julgado daquela freguesia

Rio Capim
Código: 276 N° 22 P. : 117

Ilmo. e Exmo. Senhor.

Dâ a vExa. parte o Juis do julgado do Rio Capim em como a seis do corrente Recibo hú avizo por hú índio de Eugenio Alvarez da Câmara pedindoauxillio da Parte de Deus e de ElRey e de v.Exa. q' o q. queirão matar os seus escravos levantandoçe contra o dito com armas auxilliados de mais gente como dizem tudo em ocittio da Mizericordia oq' os ditoz índios cooperarão também para tudo; e a Sette do mesmo mês meapareceu o dito morador coaze nu fugindo deo quererem Mattar e já roubado e as Suas Lavouras e fazendas tudo dezeveto perdido, e Eu lhenão posso dar providade sem vExa mo dterminar por ordem Sua por meter dito o Exmo.; antecessor de vExa e o doutor Juis de forra q' nada abraçe sem dar parte ainda q' ouvesse couza grande e o prezente cazo hê hú motim de grande escandallo, e so tendo eu ordem de vExa. poderey evitar az dezordens dozMalfeitores deste Rio Ds. Ge a v. Exams. as 7 de julho de 1774.

Deo. Exa.

Súbdito Theodoro de Oliveira.

As fugas freqüentes dos empreendimentos organizados pela lavoura canavieira estão presentes nos documentos indicando as orientações dos fugitivos. Maia (2002) aponta que as fugas do Capim, Igarapé Miri, Moju e Cametá não raro significava buscar esconderijo em Belém, cidade onde podiam ter parentes e amigos. Foi esta a suspeita que tinha o Coronel José Calisto Furtado quando noticiou a fuga do escravo Francisco Ayres, declarando que lhe constava: “ter fugido para o Guamá, d’onde foi comprado ou anda(va) vagando pelos suburbios da capital”. (MAIA, 2002, p. 10). Venceslau escravo fugido do Capim foi igualmente suspeito de estar acoutado na capital.

Os documentos históricos informam os movimentos e direções das fugas. O rio Capim, próximo da região de Turiaçu e Gurupi, permitiu elaborar rotas de fugas em direção ao Maranhão. Este primeiro se destacou e desde o Quartel²³ ali instalado realizavam-se as expedições de captura.

De Boaventura Ferreira da Silva, major e Comandante ao Presidente José de Araújo Rozo. Quartel Militar em Turiasú, 18 de Maio de 1825²⁴.

“(. .) Para finalizar a minha comissão, carece somente expurgar estes matos dos imersos escravos fugidos, que por elles vagueão despersados pelos ataques, que lhes tenho feito tendo destruído nesta diligência 10 mocambos com 73 casas e apreendendo porção delles, ficando-me com tudo o sumo desprezar da morte de hum infeliz soldado do 2º regimento de 1ª linha, Alexandre da Fonseca, vítima dos malvados pretos que tiverão o arrojo de atacarem hum destacemnto de 20 homens que tinha mandado portar em certa Fazenda frquentada por elles para dali discutir as suas operações, com tudo

²³ No rio Capim estava instalado em 1794 um quartel com uma companhia e 96 homens. (NOGUEIRA, Shirlei.)

²⁴ **Fonte:** APEP, Código: 817 (Atual), 437 (antiga), 1825-1826; Correspondência de Diversos com o Governador.

nesse ataque morreram 5 e 5 forão feridos mortalmente, segundo a confissão de alguns que forão capturados. Em meu auxílio passou para esta província o major João Ferreira o Couto, com quem mutuamente pretendo concluir a total extinção de semelhantes mocambos que com os seus inumeráveis habitantes ameaçavam a segurança desta povoação (. . .)”.

Fonte: APEP, Códice: 817 (Atual), 437 (antiga), 1825-1826; Correspondência de Diversos com o Governado.

As fontes consultadas são inequívocas em mostrar as solidariedades entre índios, desertores militares e pretos fugidos que favoreciam a formação dos mocambos. Em 17 de abril de 1825, desde o Rio Capim, Manoel Márcio Metelho Moreira, Major Comandante do Distrito do Rio apim dirige uma correspondência ao Presidente para comunicar a fuga e apreensão do cafuso Joaquim Antônio da Equipagem do negociante André Cândido Pereira, e que está furiosos com os “malvados” índios de negócio, e quer que não volte mais porque dizem que é escravo, e vai preso também um preto fugido”²⁵.

No mesmo ano, Manoel Manio Metelho Manito Moreira, Sargento mor e Comandante escreve desde o Rio Capim informava:

“Remeto dois presos a Vossa Exc., um das malditas canoas de negócio, que me parecem aonde ser a perdição de todos os moradores, que mesmo ainda no povoado ferio três índios seus companheiros, gravemente, que um fica alejado, de uma perna, a ainda está gravemente molesto, e a outro ferio-lhe o pescoço por de trás que se não fosse a camisa se groça não escaparia e [sic] esquerda sobre as costelas outro golpe grande, o terceiro foi da orelha, até a boca, estes malvados não tem que [sic] parti para tanto queira V. Exc. mandalo para as calcetas visto que é valente para o serviço sirva.

O segundo é um homem que denunciarão-me que era escravo do negociante dessa cidade José Ignácio, ele nega porém V. Exc. mandara exzaminar a não ser certo, ordenara o que for servido, para que entre o Capim, o Bujarú virem alguns moradores, (sic) que costumam a ter soldados desertores, fortes fugidos, e é bem de suspeitar que ele alguns deste crime tem. Eu espero ir fazendo destas remessas, a V. Exc. a ver se contenho estas desordens, sendo de aprovação de V. Exc. pois que sou comandante deste distrito, a mais de trinta anos, nunca houve novidades que agora estão havendo. Agora com cinquenta e tantas canoas de negócios com mais de quinhentos índios que para este motivo veio tantas desordens (. . .)”²⁶

Na década de 1790 as situações políticas e econômicas favoreceram as fugas. Data de 21 de setembro de 1795 a correspondência escrita por Lourenço Antônio da Costa²⁷ e direcionado ao governador Francisco de Souza Coutinho na qual comunicava que nos “matos” do Tenente Coronel Manoel Miguel Ayres Pereira, “se estava formando um mocambo de negros a três annos sem que o dito Tenente Coronel tivesse notícias delle, que constava de quatro pessoas e já tinham rossa quase madura e forno para cozer farinha”.

“Estes negros herão acoitados por hum índio de caza do sobredito Tenente Coronel, chamado Manoel Braz, não o prender por se ausentar logo antes que viesse do matto”. Assim como na casa de um morador, Caetano Portel, achava-se um escravo do Capitão João Antônio Rodrigues.

²⁵ Fonte: APEP, Códice: 429 (Antiga), 908 (atual), 1825 Correspondência de Diversos com o Governo.

²⁶ Fonte: APEP, Códice: 1009 (Atual) 535 (antigo); 1836, Correspondência de Diversos com o Governo.

²⁷ **Fonte:** APEP, Códice: 512 (Atual), 285 (antiga), Correspondência de Diversos com o Governo 1794 – 1796

A idéia de movimentos de escravos fugitivos e o reconhecimento das diversas estratégias dos quilombolas conduzem a uma reflexão sobre a complexidade da construção de espaços sociais e econômicos por esses quilombolas. Formas econômicas, organização social e políticas dos quilombos tem a marca da diversidade e da diferença e estão sendo conhecidas no presente pelas narrativas dos que produzem no ato de reconhecimento de sua identidade social uma história própria e original.

Na década de oitenta o movimento abolicionista ganha espaços em todo o Brasil e as pressões políticas e sociais para colocar ponto final ao regime escravista estavam em aumento. Maia²⁸ (2009) analisa as ações das sociedades anti-escravistas e emancipadoras, e já na década citada das sociedades abolicionistas que visavam abolir de imediato o trabalho escravo e questionavam o direito de propriedade senhorial. O emancipacionismo oficial criou instituições como o Fundo de Emancipação que realizavam as matrículas dos cativos “aptos à alforria”. Na lista publicada em 1883 confere-se que São Domingos da Boa Vista e Capim ocupavam o terceiro e quarto lugar dos classificados no município de Belém.

Figura 13. População do município de Belém (1833)

Localidade	Nº de Escravos
Capital	2.196
Barcarena	323
São Domingos da Boa Vista	316
Capim	292
Boa Vista	208
Mosqueiro, Benfica e Pinheiro	206
Bujarú	175
Guajará Assú	160
Ilha das Onças	124
Inhangapy	51
Caraparu	30
Paíassuhy	1

Fonte: Escravos existentes no Município de Belém. DN 21 de junho de 1883. P. 3

Formação e re-divisão administrativa

São Domingos da Boa Vista da categoria de freguesia passou a categoria de Vila com o mesmo nome, conforme um decreto de 1890, ocasião em que fora desmembrado de Belém da qual fazia parte desde 1833.

²⁸ BEZERRA NETO, José Maia. Por todos os meios legítimos e legais: as lutas contra a escravidão e os limites da Abolição (Brasil, Grão-Pará: 1850-1888). PUC. Programa de Estudos Pós-Graduados. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC-São Paulo, 2009.

Nas cercanias do rio Capim e Guamá, os registros documentais apontam para a ocupação e povoamento da região e registram as incursões de missionárias e/ou de agentes do governo imperial, preocupados na aplicação de uma política de controle dos indígenas que habitavam a região. As medidas prescritas para a catequese e civilização dos índios perpassavam os problemas de ordem política e econômica enfrentados, pela Província do Pará. A questão da esperada prosperidade na agricultura é posta em vários documentos da época e em especial reivindicado nos Relatórios oficiais, em particular dos presidentes da Província do Gão-Pará.

Nas últimas décadas do século XIX os agentes governamentais na província do Pará viam nos indígenas a possibilidade de recuperação da crise econômica por que passava em especial da crise na agricultura. Nos relatos sobre o empreendimento da catequese e civilização indígena destacam-se os grupos do rio Capim e registra-se a existência de aldeamento e seu desempenho. Barbosa Rodrigues (1875) comenta a atuação de três religiosos na região: Bispo Frei João de São José Queiroz (1762); Frei Caetano Brandão e D. Antonio Macedo da Costa.

O relatório de Ângelo Thomaz do Amaral presidente da província do Gam- Pará, em 1860, relatava da preocupação em inspirar na população a vocação para a vida agrícola e aponta então em seu relatório sobre a educação dos filhos dos lavradores oferecida, devendo esta,

“...proporcionando a educação que deve ter o homem que se dedica a vida do campo; si a medida que aumentarem o lucro da escola, aumentar o numero dos internos gratuitos de modo a poderem ser ali recebidos todos os jovens indígenas fornecidos pelas autoridades competentes, dentro em poucos anos se espalhará pelo interior da província uma mocidade convenientemente preparada para levantar a agricultura do abatimento em que se acha. ...”. (p. 14).²⁹

Em 1932, por Decreto Estadual o município de São Domingos da Boa Vista passa a denominar-se de São Domingos do Capim, para em 1943 ser atribuído apenas a denominação de Capim até 1961 quando por Decreto Estadual, retoma a antiga denominação de São Domingos do Capim. No processo de divisão territorial do Estado do Pará que deu origem a vários municípios, o município cedeu parte de seu território para a formação de parte dos municípios de Aurora do Pará e a ampliação de São Miguel do Guamá e deu origem ainda ao município de Ipixuna do Pará³⁰.

A sub-região do Guamá-Moju, em que se encontra o município de São Domingos do Capim, comporta as importantes bacias como as dos rios Guamá, Capim, Moju e Acará. O rio Capim, afluente importante do Guamá pela margem esquerda, tem sua nascente no município de Rondon do Pará e corta ainda os municípios de Goianésia e Aurora do Pará lê faz divisa entre os municípios de

²⁹ Relatório do Exm^o. Senr Ângelo Thomaz do Amaral presidente da Província do Gram-Pará, referente a 1860. Disponível: Arquivo Público do Estado do Pará - APEP e CENTUR.

³⁰ Idem e Município de Aurora do Pará <http://www.pa.gov.br/conhecaopara/auroradopara.asp> * Texto reproduzido das pesquisas do extinto IDESP.

Paragominas e Ipixuna do Pará Entre os afluentes do rio Capim estão o Surubiu, Arurandeua e Camaoi, além do Igarapé Grande³¹.

No processo de divisão territorial do Estado do Pará que deu origem a vários municípios, o município cedeu parte de seu território para a formação de parte dos municípios de Aurora do Pará e a ampliação de São Miguel do Guamá e deu origem ainda ao município de Ipixuna do Pará³².

³¹ REGIÃO COSTA ATLÂNTICA-NORDESTE

Sub-região do Guamá-Mojú. Disponível: http://www.para30graus.pa.gov.br/Rec_MojuCapim.htm

³² Idem e Município de Aurora do Pará <http://www.pa.gov.br/conhecaopara/auroradopara.asp> * *Texto reproduzido das pesquisas do extinto IDESP.*

Os Engenhos do Aproaga e de Taperuçu

No baixo curso do rio Capim encontra-se o sítio do Engenho Aproaga e descendo mais 30 km, a margem esquerda está o de Taperuçu. Próximo à vila de Santa Anna do Rio Capim foi objeto de várias referências elaborada por viajantes.

Na relação de sesmarias doadas no rio Capim retém-se a informação relativa aos engenhos Aproaga e Taperuçu. Embora a existência de um engenho “de moer canas e de descascar arroz” fique ampla demais. Mas adiante, citam-se Engenho que no “anno passado mais avoltou” precisava de “hú lote de Prettos que bem caresso para hir Cuidar em nova safra” este fabricava açúcar com poucos operários e tanto o engenho como as plantações estava em dificuldade por falta de escravos. E, em seguida, destaca-se o engenho fundado em 1750 que pela descrição poderá ser o engenho do Aproaga. Segundo a sesmaria identificada estaria circundado por “terras mais férteis próprias para fabricar asucar, [sempre] também impenhandome quanto pude naperfeição, e grandeza do mesmo Engenho tanto em Cofres, como na Estrutura de cazas, Fornalhas” ... No “serviço manual (...) grande número de Escravos Índios.

O Mappa das Famílias das Capitânicas do Estado do Grão-Pará – 1778 informa sobre Andre Miguel Ayres, branco, casado, Mestre de Campo que era dono de Engenho em Santa Ana do Rio Capim e que possivelmente foi o fundador deste Engenho por volta de 1750. No mesmo mappa para a freguesia do Rio Capim são mencionados nomes familiares: Taperinha, São Bento, Maracaxi.

Tanto o engenho Aproaga quanto o Taperuçu pertenceram a Vicente Miranda, ou Vicente Gallego como escreve Barbosa Rodrigues, em 1875. Pedro Vicente Chermont de Miranda, filho de Vicente herdou o engenho. Trabalho que estabelece com clareza a localização e origem dos engenhos e da fazenda São José.

As notícias sobre os engenhos encontra-se em trabalhos de viajantes. Alfred Wallace, descendo o rio Capim, em 1848, visitou a “Fazenda São José”, de propriedade de um homem identificado apenas como Sr. Calisto. Encantado com o lugar anotou que haviam acabado de ser construído um conjunto de moinhos e silos de arroz, “uma das mais modernas edificações” que o inglês conhecera na região. Pois bem, disse ainda o seguinte sobre a mão-de-obra utilizada no local:

Ele [senhor Calisto] havia, pouco antes, concluído ali a instalação de um engenho para beneficiar arroz, bem como a construção de grandes armazéns, que são os melhores e as mais modernas construções que eu já vi nesta região. Tudo era feito de pedra, e o moinho, ligado às outras construções por meio de arcos, estava situado no centro ficando a um lado dele os armazéns e oficinas, e do outro lado a residência do proprietário. Havia uma galeria ou varanda ligando as duas alas do edifício no andar térreo, dando, aos fundos, para o moinho que se via dali com a sua grande rodada de água e janelas de pedra, em toda a extensão do edifício. O senhor

Calixto possuía cerca de cinquenta escravos, de todas as idades, e cerca de outros tantos índios, que trabalhavam nas lavouras de cana e de arroz, nos moinhos e a bordo das canoas. Ele fabricava açúcar e cachaça, de preferência esta última, que oferece maior margem para lucros. Ali mesmo, realizava ele toda sorte de serviços: - tinha sapateiros, alfaiates, carpinteiros, ferreiros, construtores de canoas, pedreiros, quer escravos, quer índios, alguns dos quais sabiam mesmo fabricar boas fechaduras para portas, malas e caixas e vários utensílios de folhas-de-flandres e de cobre. Contou-me ele que, nos seus serviços, os escravos e os índios trabalham juntos, e é por essa forma que se consegue melhor e maior rendimento de trabalho dos últimos, do que por qualquer outro sistema (WALLACE, 2004, p. 159-162).

Em novembro de 1844, o Coronel José Calixto Furtado fundou o “vistosos engenho” da Fazenda São José que estava situado a margem esquerda do rio Capim, localizado a seis mil milhas acima de Santa’Ana, na frente do sítio São Joaquim. Barbosa Rodrigues (1875) o descreve como o “único que possui maquinas com todos os melhoramentos modernos e de grande custo para o descaroçamento do arroz e moagem de cana”. Exportava arroz, açúcar, cachaça, farinha e tinha mais de cem indivíduos engajados nos trabalhos. Calixto Furtado era dono de oito leguas do rio Capim, no qual estava incluído o sítio Carmo.

Documento Aproaga

O documento é o elo que permite ao historiador adentrar ao passado para tentar elucidar as inquietações manifestas no presente. É uma das inquietações emana das margens do rio Capim, no entorno do “Casarão da Fazenda Aproaga”.

No Cartório “Licínio Rodrigues”, Município de São Miguel do Guamá, no Registro de Imóveis, Livro – F, número de ordem 991, consta a Adjudicação³³ realizada entre “Flávio de Azevedo Lobato, Comerciante, domiciliado em Belém à rua S. Jerônimo, numero tresentos e trinta”, adquirente da Fazenda Aproaga, ao transmitente “Companhia Barcelos Industrial Limitada”. Na descrição do “Carateristico e Confrontações” está registrado que se trata de

“Terras com a denominação geral de “Fasenda Aproga”, à margem direita do rio Capim, pertencente a esta Comarca, com uma área total de mil oitocentos e oitenta e três hectares e vinte e oito ares, constituída por diversas posses com as denominações: Cacaual, “Engenhoca”, “Foz do Jaraná”, “Alcobaça” e “Curuçambá”, adquiridas a extinta Firma Industrias Reunidas “A. Pinheiro Filho Companhia Limitada”, da Praça de Belém, por escritura publica lavrada em Londres, Inglaterra e ratificada em Belém do Pará, nas notas do Tabelião Doutor Edgar Chemornt, em quatro de Julho de mil novecentos e trinta e um, livro numero dusentos e sessenta e seis e folhas cento e cinco, terrenos esses acrescidos com vários lotes encravados na Fasenda Aproaga e adquiridos posteriormente e que se acham integrados sob aquela denominação e que são os seguintes: Um lote adquirido a Alexandre Coutinho e sua mulher, por escritura publica lavrada em notas do Tabelião Doutor Edgar Chermont, em trinta e um de Maio de mil novecentos e vinte e oito, livro dusentos e sessenta, folhas cento e noventa e

³³ Adjudicação: ato judicial que dá a posse e a propriedade de determinado bem.

dois, outro adquirido aos herdeiros de Manoel Prestes da Silva, por Carta de adjudicação dada e passada pelo Doutor Osvaldo Otacilio Gomes, Juiz de Direito de São Domingos do Capim e expediente do escrivão Raul Nazare Ferreira Rosa, em onse de Maio de mil novecentos e quarenta (...) ³⁴”

Por esse registro do ano de 1942, pode-se inferir que a “Fazenda Aproaga” constituiu-se a partir de um conjunto de diversas posses de Terras, “denominações: Cacaual, “Engenhoca”, “Foz do Jaraná”, “Alcobaça” e “Curuçambá”, sitas à margem direita do rio Capim, perfazendo uma área total de mil oitocentos e oitenta e três hectares e vinte e oito ares. O documento fornece-nos ainda pistas para um possível desvelar (revelar) da história das posses das referidas terras, ao indicar as transações de aquisições e transmissões. As terras supracitadas, foram

(...) adquiridas a extinta Firma Industrias Reunidas “A. Pinheiro Filho Companhia Limitada”, da Praça de Belém, por escritura publica lavrada em Londres, Inglaterra e ratificada em Belém do Pará, nas notas do Tabelião Doutor Edgar Chemornt, em quatro de Julho de mil novecentos e trinta e um (...)

Escritura lavrada em Londres e ratificada em Belém, de uma firma extinta. Contudo, outras ‘porções’ de terras foram adquiridas sistematicamente, como informa o referido registro

“Um lote adquirido a Alexandre Coutinho e sua mulher, por escritura publica lavrada em notas do Tabelião Doutor Edgar Chermont, em trinta e um de Maio de mil novecentos e vinte e oito, livro dusentos e sessenta, folhas cento e noventa e dois, outro adquirido aos herdeiros de Manoel Prestes da Silva, por Carta de adjudicação dada e passada pelo Doutor Osvaldo Otacilio Gomes, Juiz de Direito de São Domingos do Capim” (...)

O registro expõe as várias aquisições de terras que compuseram o complexo do Aproaga, como a que foi feita a Alexandre Coutinho e sua mulher (mas não esclarece a forma se por compra/venda, doação); bem com a aquisição aos herdeiros de Manoel Prestes da Silva mediante Carta de adjudicação – ou seja, ainda em um estágio inicial da pesquisa e em um único registro, denota-se a complexidade do processo acesso, aquisições e transmissões das terras do Aproaga. Os meandros históricos e jurídicos se entrelaçam, impondo caminhos de investigação nos arquivos e cartórios. Sabe-se que o Centro de Memória da Amazônia – CMA/UFPA, é guardião de um acervo documental jurídico significativo, com documentos da área civil e criminal, desde o final do século XVIII. São pistas a serem seguidas pela equipe do projeto.

Na descrição do “Carateristico e confrontações” do Registro de Imóveis do Cartório “Licínio Rodrigues”, consta que a terra era boa para lavoura e indústria extrativa de madeira; ‘havia um prédio coberto com telhas, **estilo antigo colonial português**, onde funcionavam os escritórios e constituem a residência do gerente e do pessoal da administração’. Havia também dois barracões de madeiras cobertos e dezoito barracas cobertas com telhas de barro para morada de trabalhadores, casinhas edificadas nos

³⁴ Cartório Licínio Rodrigues. Registro de Imóveis, Livro nº 3-F.

terrenos anteriormente citados. Essas últimas construções reportam-se, provavelmente, ao período do século XX, até mesmo pela nomenclatura de **gerente** e **pessoal da administração**, que revelam relações de trabalho mais contemporâneas.

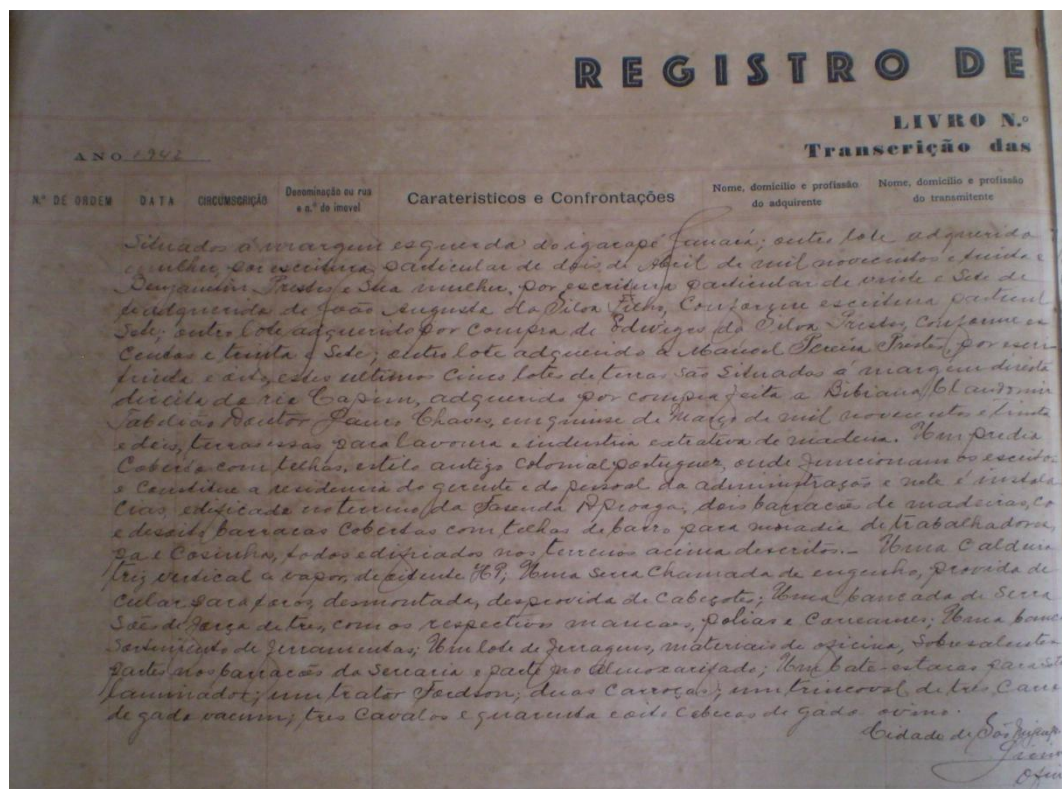


Figura 15. Registro de Imóveis, Livro nº 3-F. Cartório Licínio Rodrigues – São Miguel do Guamá.

No entanto, **estilo antigo colonial português** implica em uma outra temporalidade histórica. O império ultramarino português fundamentou-se em múltiplas relações com as suas diversas possessões. Na Amazônia colonial, as relações sociais e de trabalho predominantes foram pautadas na escravidão, dos indígenas e dos africanos. Assim, os vestígios existentes do casarão da fazenda Aproaga, em estilo antigo português, denotam a materialidade e presença desses sujeitos no rio Capim. Pela imponência do conjunto arquitetônico, infere-se a dinâmica da produtividade do engenho, localizado às margens do rio Capim, localização esta que era crucial para o escoamento da produção.

Palmilhar essas filigranas seguindo as pistas encerradas nos diversos documentos, cruzando as informações e os dados, impõe-se como próximo passo da equipe do projeto.

REFERENCIAS

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth (1985). Du travail esclave au travail libre: Le Pará (Brésil) sous le regime colonial et sous l'Empire (XVIIe - XIXe siècle) Paris, 1985 (Tese de Doutorado apresentada à École Pratique des Hautes Études en Sciences Sociales).

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Censo de Macapá - 1808. In. Anais do Arquivo Público do Pará. Belém, Secult, Pará, 1995. V.I, T. I, p.179-221.

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. A escrita da História Paraense. Belém: NAEA/UFPA, 1998.

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. *Ocupação e Topologia no território "negro" no Baixo Acará*. Belém-Pará, 1999. Trabalho apresentado como relatório final da pesquisa do Projeto de Mapeamento de Comunidades Rurais no Pará: Ocupação do território e uso de recursos, descendência e modo de vida.

ALDEN, Dauril (1973). O significado da produção de cacau na Região Amazônica. UFPA/NAEA/FIPAM.

ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. Carta de Datas de Sesmarias. Uma leitura dos componentes mão-de-obra e sistema agroextrativista do vale do Tocantins Colonial. NAEA, Paper nº 151. Junho/2000

ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré e GUTEMBERG, Armando D. (1998) Exploração de madeiras no Pará: semelhanças entre as fábricas reais do período colonial e as atuais serrarias. In. Cadernos de Ciência & Tecnologia. Brasília, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. V. 15, Nº 3, setembro, dezembro.1998. P. 123-146.

ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. (1998) Histoire sociale des systèmes agraires dans la vallée du Tocantins-État du Pará – Brésil: colonisation européenne dans la deuxième moitié du XVIIIème siècle et la première moitié du XIXè siècle. Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales.

ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. (1999) O sistema agrário do Vale do Tocantins Colonial: Agricultura para consumo e para exportação. In. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, EDUC, Nº 18, Maio 1999. P. 237- 260.

ARQUIVO NACIONAL. Documentos Históricos. Rio de Janeiro, 1928. V. II.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. Códice 436, de 16 de julho de 1822.

AZEVEDO, João Lúcio de. Os Jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930 2ª ed. 1901.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro (1839) Ensaio Corographico da Província do Pará. Pará, Typ. de Santos e Menor. Brasília, edições do Senado, 2004.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. Compêndio das Eras da Província do Pará: Belém, Universidade Federal do Pará, 1969.

BARATA, Manuel de Mello Cardoso. A antiga produção e exportação do Pará. Belém do Pará, Typ. de Livraria Gillet, de Torres e Comp.1915.

- BETTENDORF, João F. Crônica da Missão dos padres da Companhia de Jesus no Pará no Estado do Maranhão. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.
- BLOCH, Marc. *Introdução à História*. IN: Introdução a História.s.d, s.l, s.e.pp11-46.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Sociedades em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750 á 1817)*. Rio de Janeiro. Ed. Graal, 1984.
- CASTRO, Adler Homero Fonseca. O fecho do Império. In. GOMES, Flavio dos Santos. Terras do Cabo Norte. Belém
- DANIEL, João Pe. Tesouro Descoberto no Rio Amazonas (1757-1776). Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1976. 766 p.
- DIAS, Manuel Nunes. (1970) A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão: (1775-1778). Belém, UFPA, (Coleção Amazônica José Veríssimo).
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Propriedade e Posse das Terras do Cabo do Norte pela Coroa de Portugal. In Revista do Instituto Histórico e Geografia, Rio de Janeiro, Tomo 4, 1841.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem Filosófica ao Rio Negro. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi/CNPQ 1983, 775 p
- GONDIM, Neide. A Invenção da Amazônia. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- HOBBSBAWM, Eric. J. *A outra história- Algumas reflexões*. IN.: Krantz, Frederick (org.): A outra História: Ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX. Rio de Janeiro, ED: Jorge Zahar. 1988. pp18-33.
- HOLLINGSWORTH, Thomas H. "Uma conceituação de Demografia Histórica e as diferentes fontes utilizadas em seu estudo".IN: Márcilio, Maria Luiza (org.).Demografia Histórica.Ed. Novos Ubrais. São Paulo, 1970.pp23-41.
- KELLY-NORMAND, Arlene Marie. Africanos na Amazônia: Cem anos antes da Abolição. Belém, s.d. (mimeo)
- LEONARD, Irving. Viajeros por la América Latina colonial. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- LIMA, Ana Renata Rosário de. *Revoltas Camponesas no vale do Acará-Grão-Pará (1822-1840)*. Belém, 2002. (Tese de mestrado apresentado ao curso internacional de Mestrado, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-NAEA/UFPA).
- PORRO, Antonio. As crônicas do Rio Amazonas: tradução, introdução e notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia. Petrópolis, Vozes, 1992.
- RAIOL, Domingos Antônio. Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835 (1970), Pará, Universidade Federal do Pará (Coleção Amazônica, Série José Veríssimo).
- ROCQUE, Carlos. (1967). Grande Enciclopédia da Amazônia. Belém, Amazônia, Ed.
- SALLES, Vicente. (1988). O Negro no Pará: sob o regime da escravidão. Brasília: Ministério da

SHARPE, Jim. "A história vista de baixo". IN.: Burke, Peter(org.). *A escrita da história*. São Paulo, Ed. UNESP1992, pp. 39-62.

SPIX, Johan Baptist Von e MARTIUS, C. F. Von (1976). *Viagem pelo Brasil 1817-1820*. São Paulo, Melhoramentos.

THOMPSON, E. P. "History from below". *The Times Literary Supplement*. April 7, 1966, pp. 279-281.

THOMPSON, Edward P. *Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra*. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (P. 21-28; 29-64).

VELOSO, Euda Cristina Alencar. *"Estruturas de apropriação de riqueza em Belém do Grão-Pará, através do recenseamento de 1778"*. IN: Acevedo, Rosa E. Marin(org.). *A escrita da História paraense*. Belém: NAEA/UFGA.

VERGOLINO – HENRY, Anaiza e FIGUEIREDO, Napoleão. (1990) *A presença africana na Amazônia Colonial: a notícia histórica*. Belém, SECULT.

WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelos Rios Amazonas e Negro*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Editora da Universidade de São Paulo, 1979.